



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Declaro aberta a presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à realização de audiência pública com a finalidade de debater com os representantes da Caixa Econômica Federal repasses de recursos do Orçamento-Geral da União a Estados e Municípios, em atendimento a requerimento de autoria do Deputado Felipe Maia, subscrito também pelo Deputado Duarte Nogueira, aprovado na reunião ordinária realizada no dia 25 de abril.

Anuncio a presença do Registro também a presença, na Mesa, do ilustre Deputado Felipe Maia, do Rio Grande do Norte, autor do requerimento, como eu disse.

Convidei também para estar conosco o Prefeito Mariovane Weis, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, não só pelo fato de eu ser gaúcho e o Dr. José Carlos Medaglia também, mas porque, pelo que eu pude identificar, o Rio Grande do Sul é o Estado, Deputado Felipe Maia, com o maior número de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores prestigiando esta audiência.

Saúdo todos os senhores e todas as senhoras, representados na Mesa pelo Presidente da Associação, e agradeço pela presença.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os palestrantes disporão de 15 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteados.

Os Srs. Parlamentares inscritos para o debate poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da pauta, tendo o interpelado a oportunidade da réplica e da tréplica, utilizando o tempo de 3 minutos para as perguntas e respostas.

Ontem, em conversa preliminar com integrantes da Comissão, entendemos que seria adequado abriremos a possibilidade de Prefeitos se manifestarem representando as Regiões do País. Peço licença ao Plenário para fazermos essa concessão não prevista no Regimento. *(Pausa.)*

Pelo que vejo, não há discordância de nenhum dos Srs. Parlamentares integrantes da Comissão.

Havendo, portanto, interesse dos representantes das Regiões do País presentes de se manifestar, vamos abrir essa possibilidade.



Já temos aqui, evidentemente, o representante do Sul, o Prefeito Mariovane Weis.

Dr. José Carlos Medaglia, é um prazer recebê-lo mais uma vez na Casa. Já tivemos a oportunidade de nos reunir quando eu era coordenador da bancada gaúcha. V.Sa. e a Sra. Ana Cristina têm o prazo de 30 minutos, que podem usar da forma que entenderem mais adequada.

Com a palavra o Sr. José Carlos Medaglia Filho.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Muito boa tarde, senhoras e senhores, é uma satisfação estar nesta Casa mais uma vez para os esclarecimentos que cabe à Caixa Econômica Federal prestar como instituição pública federal, antes de mais nada, prestadora de serviços à sociedade brasileira.

Apresento-me aqui na qualidade de Superintendente das nossas áreas de assistência técnica — aos que têm mais proximidade com as nossas regionais, as chamadas GIDUR.

Está comigo a colega Ana Cristina Wanzeler, Superintendente Nacional da área de repasses, que trata diretamente com os Ministérios, que fazem repasses de recursos da União para Estados e Municípios.

Queria, antes de mais nada, contextualizar o momento que vivemos com relação aos repasses da União, lembrando que repasse do Orçamento da União para Estados e Municípios é uma prática bastante antiga nas relações federativas do País, cujo divisor de águas foi em 1996, quando foi instituída a modalidade do contrato de repasse.

A União até hoje tem pelo menos duas modalidades. Existem outras, mas gostaria de me ater a estas duas: o convênio, que é firmado diretamente entre um Ministério e um ente federado, Estado ou Município, no qual o recurso é transferido imediatamente e o ente federado, Estado ou Município, presta contas ao final. Essa forma de repasse, bastante simples, não estaria sujeita a contingenciamentos e outras modalidades de acompanhamento por parte da União.

A outra modalidade é o contrato de repasse, em que uma série de procedimentos são exigidos do Município e da União, e a Caixa atua como mandatária da União, contratada pelos Ministérios para fazer análise de projeto, acompanhamento e liberação dos recursos.



Os órgãos de controle têm preconizado que a modalidade preferencial para obras e serviços deva ser o contrato de repasse. Portanto, acho que é importante, neste momento, pontuar que a escolha da modalidade entre convênio e contrato de repasse cabe exclusivamente à União, ao Ministério gestor do recurso.

Vejo, muitas vezes, os senhores Prefeitos, os senhores Parlamentares tecerem um comparativo entre as duas modalidades, convênio e contrato de repasse, naturalmente manifestando preferência pelo convênio, pela simplicidade de que ele se reveste. No entanto, a orientação do órgão de controle tem sido no sentido de que investimentos em obras sejam feitos na modalidade de contrato de repasse, pela segurança que traz ao processo.

Evidentemente, a colocação de um rito que privilegia a segurança representa colocar algumas barreiras à agilidade. Essa é uma característica do contrato de repasse.

Queria, rapidamente, para não extrapolar o meu tempo, dizer que neste momento estamos vivendo ao abrigo de uma portaria, editada em novembro de 2011, que modifica significativamente o processo com o objetivo de simplificá-lo, atendendo aos anseios das Prefeituras, dos Parlamentares e, naturalmente, nossos, porque somos operadores do sistema e, fundamentalmente, não pretendemos ter a imagem da instituição atrelada a um processo burocrático. Muitas vezes temos isso. Quando, em relação ao contrato de repasse, se fala das dificuldades existentes para que os recursos sejam liberados, automaticamente se associa essas dificuldades à imagem do operador, no caso a Caixa.

Quero declarar aos senhores que nós não nos resignamos com essa imagem. Nós atuamos com muita ênfase para que essa portaria seja uma realidade. Antes de mais nada, quero dizer que a Caixa quer simplificar o processo porque não nos interessa ter uma relação conflituosa com os Municípios. O excesso de regras da legislação e dos manuais dos Ministérios, de que somos, obrigatoriamente, os cobradores, acaba associando a Caixa a uma imagem de burocracia, com a qual nós não nos resignamos, como eu já disse.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estou falando da Portaria nº 507, de 2011, editada em novembro de 2011. É uma portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e da



CGU. Essa portaria atua nos contratos de repasse, disciplinando-os, dando-lhes agilidade, simplificação, padronização e regulação. O propósito não poderia ser melhor.

O que está por trás dela, o que nos faz investir muito nessa portaria é o objetivo precípuo de dar benefícios imediatos à população. Desde que um Parlamentar consegue consignar no Orçamento uma emenda parlamentar para destinar recursos para um Município, o tempo que decorre entre esse momento e a entrega efetiva do benefício à população é extremamente longo. E a portaria objetiva tornar esse prazo mais curto para termos o benefício disponível o mais rápido possível à população.

Como veem os senhores, nós reconhecemos que os prazos são longos e que não é mais possível conviver com essa realidade.

Fizemos um estudo do perfil das emendas parlamentares, cujos contratos administramos. Hoje a carteira de contratos beira 50 mil. A maioria deles se situa num valor inferior a 250 mil reais.

Resumindo o que está nesse gráfico, eu poderia dizer que 85% das emendas estão abaixo de 750 mil reais, portanto considerados investimentos de pequena monta, de baixo valor, de baixo risco de má condução.

Portanto, negociamos com os demais órgãos do Governo que, para esse grupo de 85% da carteira, nós deveremos ter uma operação simplificada.

Na realidade atual, temos, já, ao abrigo da portaria cerca de 12 mil operações, firmadas no final de 2011, portanto já na vigência da portaria. Então, eu diria que 12 mil contratos, em fase de apresentação de projetos, já operarão segundo as regras simplificadas. Além disso, temos, potencialmente, mais 11 mil operações que, pelo fato de estarem no início, embora sejam anteriores à portaria, podem ser alcançadas por suas regras. Elas se referem a recursos inferiores a 750 mil e a execução das obras está ainda em fase inicial.

Então, temos um universo bastante expressivo de operações que podem ser tocadas de maneira simplificada.

Apenas para ilustrar, eu diria que hoje o prazo médio de uma operação dessa — estamos falando de operações relativamente de baixo valor —, desde o momento em que o Parlamentar consigna no orçamento a sua emenda até o momento em que



a população recebe o benefício final, é de 3,8 anos. Normalmente, mais de um ano e meio são gastos para a apresentação do projeto e concessão da licença ambiental. Depois disso há a licitação e o andamento da obra até a conclusão e a prestação de contas.

É, evidentementeete, um prazo extremamente longo para investimentos que são relativamente de baixo valor. Isso significa que dificilmente um Prefeito inicia e termina uma operação dessa dentro do seu mandato. É uma realidade com a qual nós não nos conformamos. Nós pretendemos, meramente com a aplicação da portaria, reduzir em 1 ano esse prazo, o que, reconhecemos, ainda não é suficiente. Mas reduzir esse prazo também diz respeito à própria dinâmica do Município quanto a apresentar projeto, à própria dinâmica do órgão ambiental quanto a licenciar a obra com mais rapidez, a procedimentos da Caixa que, reconhecemos, precisamos aprimorar. Enfim, diz respeito a todo o conjunto de operadores do sistema.

Em relação às principais alterações, uma das inseguranças com as quais o Município trabalha hoje é, mesmo tendo apresentado projeto, tendo licença ambiental e tendo efetuado a licitação, autorizar o início da operação sem ter o recurso na conta. Se a obra andar e ele não conseguir liberar o recurso para a empresa executora, terá um grande e devastador problema por ter uma obra em andamento e não ser capaz de honrar o compromisso.

Então, eu diria que um dos grandes benefícios da portaria é o de que a autorização de início de obra só se dará com pelo menos 50% dos recursos em conta. Acho que todos os senhores percebem rapidamente o grau de segurança que isso dá para a operação. Isso está consignado na portaria em vigor para todas as operações inseridas no seu regramento.

Há uma grande vantagem: na medida em que a obra for executada e apresentados os boletins de medição, 30% dos recursos e, na sequência, mais 20% serão antecipadamente depositados na conta, desde que identificada a evolução da obra.

Portanto, não é só arrancar a obra com 50%. Teremos a segurança de que, ao se atingir os 50%, outros 30% serão alocados. Atingidos 80%, os 20% restantes serão alocados. Não haverá mais o que se vê hoje: há o andamento da obra, mas o recurso sempre vem com certo atraso.



Uma das alterações da portaria, para viabilizar um controle mais apropriado, vai no sentido de não se pulverizar tanto as operações. A portaria estabelece que o valor mínimo da emenda passe de 100 mil para 250 mil reais, à exceção dos recursos destinados a equipamentos, que podem ter valor menor do que 250 mil reais. Mas, em geral, obras e serviços têm que ter valor acima de 250 mil reais. Por quê? Porque talvez o custo administrativo para uma Prefeitura, para a União, para a Caixa, como mandatária, de administrar uma transferência de baixo valor seja equivalente ao valor do benefício a ser transferido. Imaginem uma emenda de 100 mil reais que leve mais de 3 anos para ser implementada. O Município se move para implementá-la. A Caixa faz um grande número de vistorias. O Tribunal de Contas audita a obra. Eu me arriscaria a dizer que a União e o Município — o sistema governamental — são capazes de gastar outros 100 mil para levar um benefício de 100 mil para a população, o que não faz sentido.

Outra condição interessante é a de que, muitas vezes, os Prefeitos solicitavam autorização para iniciar a obra com recursos próprios para mais adiante obterem o ressarcimento. Isso não era possível no regramento anterior. A portaria abre a possibilidade de os recursos para o investimento serem antecipados, desde que transitem na conta do convênio, com posterior ressarcimento. Essa também é uma maneira interessante de agilizar a implantação de um projeto desse tipo.

Apresentava-se também como grande dificuldade o valor de contrapartida exigido ao Município. Muitas vezes se iniciava a operação com a expectativa de o Município colocar a sua contrapartida. Em algum momento o Município deixava de ter disponibilidade, o que trancava o andamento da operação. Autoriza-se hoje a Prefeitura a firmar contratos com contrapartida zero.

Outro dificultador era que, dependendo do texto da LDO — os senhores sabem que e a LDO muda todo ano —, havia regras em que, para a liberação de cada parcela, consultava-se o CAUC.

O anúncio feito ontem pela Presidenta Dilma tem correlação ou interfere nessas regras? O que foi anunciado pela Presidenta Dilma é o seguinte: essas regras todas que beneficiam as operações de 2011 adiante, pelo que foi anunciado ontem, passam a beneficiar as operações anteriores à portaria também, as em andamento, inclusive. Esse é o grande mérito do que foi anunciado ontem.



Portanto, tudo o que estamos vendo aqui passa a ser aplicável para todas as operações menores do que 750 mil reais.

Outro avanço da portaria diz respeito ao momento em que verificamos a irregularidade fiscal no CAUC do Município. Isso vinha mudando ano a ano na LDO. Nós já tivemos um ano em que se consultava o CAUC no momento da contratação e em todas as liberações de parcelas. Vejam o inconveniente de se ter uma operação em andamento e deixarmos de liberar a parcela em razão das informações do Município no CAUC em determinado mês. Isso, obviamente, impactava diretamente a obra.

A partir da edição da portaria, o único momento em que se considera a irregularidade fiscal no CAUC é o momento da contratação. A partir daí, segue a operação, independentemente de o Município estar ou não negativado no CAUC. É um grande avanço, porque não havia sentido nenhum em se interromper a implementação de um projeto que já estava aprovado, licitado e com obra em andamento. É um avanço significativo.

Outro grande avanço que precisa ser entendido diz respeito à forma de desbloqueio do valor em conta. Dissemos que a União aportará o recurso na conta. Em que momento esse recurso será liberado para o Município? Até aqui, a regra era: o Município apresentava um boletim de medição da obra, a Caixa ia à obra, verificava se de fato a etapa havia sido executada e liberava o recurso. A inovação que a portaria apresenta é a seguinte: o Município apresenta um boletim de medição assinado pelo seu engenheiro fiscal e pela autoridade — Secretário ou Prefeito — e a Caixa libera o recurso imediatamente. E só vai à obra para verificar a situação quando chega em 50% da execução, em 80% e no final. Ou seja, nós invertemos o fluxo, colocamos o Município numa posição de muito mais responsabilidade. Aquilo que vier assinado pela autoridade municipal e pelo seu engenheiro fiscal liberamos. Adiante é que vamos conferir se a etapa está executada e, eventualmente, efetuar alguma glosa, se houver alguma desconformidade.

Então, parece-me que com essa regra teremos um fluxo muito mais ágil e com as responsabilidades devidamente compartilhadas. Reduziremos as nossas idas a obras — normalmente, mesmo para operações pequenas, comparecíamos à obra oito, dez, 12 vezes ao longo de 3 anos. A partir dessa regra, iremos três vezes



à obra, o que representa economia de custo para o sistema de maneira geral. Agora, é preciso ter presente o que isso significa em termos de responsabilidade para o Município. Ao contrário do que costumamos ver — o Município confia muito em que o profissional da Caixa vá lá e libere a obra —, aqui estamos colocando uma responsabilidade muito forte na capacidade de fiscalização do Município.

Já expliquei que com essa providência reduzimos o número de vistorias.

Outra regra colocada por diversos órgãos do Governo é a de que, se estamos pretendendo promover esses investimentos com maior agilidade, precisamos estabelecer uma linha de corte para que essas operações não fiquem em fase de análise por um tempo muito longo, ou seja, não fiquem com a cláusula suspensiva em que o Município deve apresentar projeto de licença ambiental. Foi estabelecido o prazo máximo de 24 meses. Se em 24 meses não vier à luz um projeto, uma licença ambiental e o o.k. das concessionárias de que conseguem fornecer água, energia, etc. para o funcionamento daquela intervenção, essa operação vai cair. E, portanto, não vai ter continuidade, mas ainda numa fase inicial. Foi uma das regras acordadas com todos os operadores do sistema. Operações em que não aparecer projeto de licença ambiental em 24 meses não prosperarão. É uma regra restritiva, mas nós imaginamos que isso contribua para a celeridade do processo. Nós não vamos ficar carregando operações com baixa possibilidade de prosperar.

Eu comecei a minha fala dizendo que a Caixa não aceita mais a pecha de ser o ente burocrático dessas operações. Nós queremos ser associados a alguém que contribui para o processo. É preciso haver um entendimento de que as regras com as quais a Caixa opera não são regras internas da Caixa. São regras definidas pela LDO, que tramitam nesta Casa anualmente, regras definidas pelos Ministérios nos seus manuais e regras definidas pelos órgãos de controle.

Portanto, nós queremos contribuir para agilizar o processo. E temos feito uma série de iniciativas que eu gostaria de poder compartilhar com os senhores. A primeira delas foi a contribuição que nós fizemos na Portaria 507. A segunda delas, que nós já fizemos de novembro para cá, foi internalizar essas regras nos nossos manuais internos. Então, hoje as normas internas da Caixa estão todas revisadas para que possamos operar com aquelas regras.



A Caixa passou a participar de um comitê interfederativo para acompanhamento da implementação dessas regras. Portanto, se percebermos que precisa de ajustes, esse comitê fará essas sugestões para as instâncias de governo e a Caixa participa deste comitê.

Criamos cinco novas gerências regionais para que nós tenhamos padronização em todo o País. São cinco novos gerentes que estão sob nossa gestão.

Queria me referir a uma iniciativa que eu entendo de grande mérito, que é a criação de um projeto: a Caixa com representantes dentro dos Municípios. Nós começamos a implementar, deste o início do ano, um funcionário da Caixa localizado em cada Município com mais de 100 mil habitantes. Concluímos um piloto com os dez primeiros, com resultados excelentes. Isso significa um empregado da Caixa prestando assistência técnica no ambiente da Prefeitura, ajudando a preparar material, tirar pendências antes que elas sejam encaminhadas para a Caixa. Nós estamos apostando em qualificar esse processo para que os projetos não cheguem de maneira tão desestruturada e os documentos não cheguem sem revisão à Caixa. Pretendemos implementar isso ao longo do ano em 283 Municípios, evidentemente contando com a concordância dos Srs. Prefeitos. Com isso nós imaginamos que vamos ter projetos mais qualificados, com documentação revisada, antes de chegar à Caixa.

Lançamos agora, neste mês, o portal público da Caixa. É um *site* específico, com informações sobre o relacionamento da Caixa com o poder público, com os governos, também com uma série de instruções, de esclarecimentos, que vão ajudar muito em tornar essa relação menos conflituosa.

Estamos com um material à disposição, que está sendo distribuído, sobre uma instituição que é a Ouvidoria da Caixa, um canal exclusivo para Parlamentares e Prefeitos se relacionarem com a Caixa, onde terão um atendimento exclusivo sobre as questões do relacionamento da Caixa com os Municípios. Portanto, qualquer esclarecimento, qualquer dúvida suscitada, informação sobre andamento de processo, podem ser tirados no número 08002002222, que os senhores receberão. Esse folheto está sendo distribuído.



Criamos também uma escola de governo dentro da Universidade Corporativa da Caixa. O que significa isso? Os cursos que nós oferecemos para os nossos empregados passam a estar disponíveis também para prefeituras parceiras. Mediante um convênio, os empregados da Prefeitura poderão ser capacitados em temas como: *Como Fazer Orçamento de Obra* ou *Como Inserir uma Proposta no SICONV*. São apenas dois temas que estou citando como exemplo, que poderão ser acessados, num ambiente de Internet, por empregados de Prefeitura, para que possam ser capacitados e desempenhem melhor as suas atribuições.

Outro tema para o qual eu gostaria de merecer a sua atenção diz respeito a uma nova metodologia de como receber projetos na Caixa. Qual é a realidade até hoje? Durante um período de instrução de processo, a Prefeitura deve apresentar, na Caixa, projetos e licença ambiental. Qual é a realidade? A apresentação desse projeto nunca é feita de uma maneira única, num único momento; os projetos são apresentados em parcelas, aos poucos, à medida que vão sendo produzidos.

No entendimento do prefeito, desde o dia em que ele entrega a primeira peça técnica, já está contando o prazo. No entendimento da Caixa, na medida em que eu não tenho o projeto completo, eu não consigo concluir a análise. Este é um ponto inevitável de conflito: do ponto de vista da Prefeitura, o prazo que fica tramitando na Caixa é longo; e, do ponto de vista da Caixa, a Prefeitura nunca entrega o projeto completo.

Qual é a proposta que nós estamos fazendo para os prefeitos? Eu tive oportunidade de ir ao Rio Grande do Sul fazer esta proposta na Federação dos Municípios, que é a seguinte: nós receberemos o projeto completo em uma cerimônia em que os técnicos da Prefeitura apresentarão o seu projeto, num momento único. Se tivermos projeto completo e documentação, a Caixa recebe e se compromete a devolver o projeto aprovado em 30 dias; se ele não estiver completo, devolvemos, e a Prefeitura marca nova data para apresentá-lo completo. É uma maneira de nós disciplinarmos o processo e tirarmos o conflito dessa relação.

Não é mais possível que a Prefeitura ache que o processo está em análise, porque entregou alguma coisa, e a Caixa fique cobrando porque o processo ainda não está completamente instruído.



Então, é uma proposta que nós estamos fazendo, porque não vemos outra forma de nós assumirmos um compromisso a não ser com a documentação toda recebida. Tenho certeza — nós já fizemos esse teste em algumas Unidades da Federação — de que o processo fica muito mais lógico, muito mais ágil. Agora, é preciso que haja uma organização interna nos Municípios, para que entreguem o projeto de forma completa. Aí, então, nós nos comprometemos a um prazo muito curto de análise. Essa é a proposta que está sendo colocada, que, onde nós a temos feito, tem tido boa aceitação.

Nós estamos apostando que este é o caminho. Vejam: o próprio Município, no seu protocolo, muitas vezes usa esse mecanismo. Não é possível protocolar, na Prefeitura, um processo de pedido de alvará, por hipótese, que não esteja completo, com seus documentos. Então, é mais ou menos essa filosofia que nós queremos internalizar.

Dentro dessa política de aumentar a nossa capacidade de prestação de serviço, nós tínhamos 58 filiais, unidades regionais de desenvolvimento urbano. Nós ampliamos, agora no mês de dezembro, para mais 14 unidades, e abrimos essas unidades para fazerem atendimento em algumas regiões bastante remotas da Federação. Hoje estamos com 78 GIDUR e REDUR, que são as nossas gerências regionais.

Ampliamos também o nosso quadro: saímos de 3.100 empregados, exclusivamente nessa área, para 4.690 empregados. Isso significa mais engenheiros, arquitetos, técnicos sociais e operacionais que estão à disposição para prestar esse serviço em todos os Estados.

Reduzimos os modelos de contrato que estão hoje sob gestão da Caixa, que são definidos pelos Ministérios, passando de 38 modelos diferentes para apenas 4. Conseguimos negociar com os Ministérios uma padronização significativa. Então, hoje, temos apenas 4 modelos de contrato que são firmados na modalidade de contrato de repasse.

O segundo tema que acho que é de interesse dos senhores diz respeito aos restos a pagar. Restos a pagar são recursos que de um ano para o outro passam como orçamento não executado e que nós acabamos administrando. As operações



são canceladas se não tiver sido iniciada a obra; e, se tiver sido iniciada, entram como restos a pagar.

O total de liberações que nós temos feito ano a ano, só para os senhores terem ideia, está exposto aqui na tela. Eu citaria apenas os dois últimos números. No ano de 2011, contratos de repasse irrigaram a economia em mais de 2,5 bilhões. No ano de 2011, embora com um fluxo financeiro que reconhecemos não tenha sido o ideal, praticamente 600 milhões foram liberados.

Temos uma dificuldade com as obras que estão executadas e medidas e que o fluxo financeiro que o Governo aportou ainda não foi suficiente para liquidá-las. Reconhecemos que existem hoje 471 milhões já executados e já medidos em que o Tesouro ainda não aportou recursos. Ele o vem fazendo num determinado ritmo, mas as obras também vêm evoluindo, de maneira que isso tem mais ou menos se mantido como um saldo, e permanentemente mantemos obras executadas, medidas, cujos recursos ainda não foram liberados.

Com relação a restos a pagar, nós temos potenciais operações. Aqui um alerta eu gostaria de fazer. Existem prazos máximos para dar início à obra. Aquele prazo de 24 meses, que agora está fixado, já foi de 18 meses, de 40 meses, dependendo da LDO de cada ano ou de portarias. Hoje nós temos um prazo: junho deste ano. As operações anteriores a 2010, se não iniciadas, perderão o abrigo orçamentário. Cito isso porque é um trabalho que os Municípios têm que fazer, trazer projetos, realizar licitações e iniciar as obras, sob penas de essas obras caducarem.

Eu trago aqui os números apenas para que os senhores vejam o tamanho do desafio que todos nós temos até o final de junho. Existem 2.900 operações, no valor de 1,3 bilhão, que estão em cláusula suspensiva e não tiveram o projeto apresentado ainda. Se não iniciarem essas obras até junho, todas elas cairão, ficarão sem empenho orçamentário.

Além dessas operações, existem 2.200 operações, no valor de 879 milhões, que estão com projeto aprovado, mas sem licitação executada, e, portanto, também correm o risco de serem perdidas. E o último número que vou lhes deixar são mais 1.100 operações, no valor de 350 milhões, que já têm inclusive licitação realizada, porém a obra não começou e não recebemos nenhum boletim de medição. Esse



conjunto todo totaliza 6.300 operações, 2,5 bilhões, e, se daqui até junho as obras não iniciarem, perderão os recursos.

Não é tarefa simples para os Srs. Prefeitos e para nós também acatarmos essa documentação. Mas neste momento eu lhes diria que esse universo está por conta dos prefeitos.

Nós precisamos recepcionar na Caixa, e dar andamento para isso, 6 mil propostas que não têm projeto, ou não têm licença ambiental, ou não realizaram licitação, ou às quais não foi dada ordem de início. E eu apostaria que grande parte delas baterá na porta da Caixa, no dia anterior, solicitando análise, liberação e ateste de obras em 24 horas. Essa tem sido a realidade de todos os anos.

Eu encerro com esse apelo dramático de que Caixa reconhece que no seu processo sempre terá o que melhorar. De fato, o volume é bastante significativo, e nós queremos, sim, prestar um bom serviço. Agora, é preciso que todos tenhamos consciência de que é um processo que tem um grau de complexidade alto e nós temos parceiros, Prefeituras, órgãos ambientais, concessionárias que devem prestar serviço, que também precisam dar a sua contribuição.

Eu diria que, do ponto de vista da Caixa, nós não temos problema algum de reconhecer aqueles problemas pontuais que nós precisamos melhorar. E nós estamos aqui para prestar contas e para dar resposta a cada um desses casos. Agora, nós não podemos ser simplistas de achar, num processo complexo como esse, regido por uma infinidade de regras e leis, em que os nossos Municípios têm também o seu grau de fragilidade, que o problema está em apenas uma das pontas.

Eu termino referindo um dado que me foi passado pela Confederação Nacional dos CREAs, o CONFEA, que dá conta de um dado alarmante: 80% dos Municípios brasileiros não dispõem, em seus quadros, sequer de um engenheiro ou arquiteto como quadro permanente. Ou seja, para tocar esse volume de obras, que é crescente, e o volume de recursos que a União vem colocando à disposição, nós temos uma estrutura técnica extremamente frágil nos Municípios. Se eu acho que a Caixa precisa se instrumentalizar mais, imaginem o grau de carência que nós temos nos demais parceiros!

Eu termino agradecendo, mais uma vez, a oportunidade e me colocando à disposição. A Caixa Econômica tem sido pioneira em diversas ações que facilitam a



transferência; tem sido pioneira em trazer o mercado para juros baixos; tem sido pioneira em tentar ampliar a sua base de atendimento. Continuamos nesse firme propósito e estamos abertos para fazer um debate sincero, coerente e que busque solucionar exatamente as causas do problema e não olhar de maneira superficial, achando que o problema está apenas em um dos entes. Se o problema estivesse apenas na Caixa, seria muito fácil de ser resolvido. Tiraríamos a Caixa do processo, e todos os problemas estariam resolvidos. Do dia para a noite, não teríamos mais problemas em licitações, não teríamos mais apontamentos de órgãos de controle, teríamos resolvido o problema da fragilidade técnica dos Municípios.

É este o sentimento que eu gostaria de compartilhar com os senhores, sem prejuízo de nós assumirmos a nossa parte nesse processo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Sr. José Carlos Medaglia.

Quero colocar a palavra à disposição da Sra. Ana Cristina, caso ela deseje fazer também uma manifestação.

A SRA. ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER - Boa tarde a todos e a todas.

Eu só queria registrar que eu sou originária da Ilha de Marajó, no Pará, e, para mim, com 22 anos de Caixa, é uma honra muito grande estar aqui hoje nesta Casa. Certamente, não vou dormir hoje antes de ligar para a minha mãe, contando esse fato. (*Palmas.*)

Eu citei essa coisa da origem, da minha origem, para dizer que eu estou, há 8 anos, nessa área de governo da Caixa; e é a área com que mais me identifico, exatamente por saber da necessidade dos Municípios, como o meu, de onde sou, que precisam que esses recursos cheguem de uma maneira efetiva, rápida e que atendam a população beneficiada. Esse é o nosso propósito diário.

Se eu pudesse, colocaria aqui, como muitos de nós fazemos, o celular à disposição de cada um de vocês, para que, cada vez que vocês, infelizmente, defrontarem-se com algum empregado da Caixa que leve alguma dificuldade a esse processo, vocês pudessem imediatamente nos contatar.



Esse é o propósito do qual aqui estamos à frente, com muito orgulho. E coloco-me à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pela ordem, a palavra será concedida ao autor do requerimento, a não ser que seja uma questão de ordem ou uma coisa diferente. As inscrições estão abertas. A Sra. Socorro já está coletando as inscrições dos Srs. Parlamentares.

Deputado Felipe Maia, eu comentava com V.Exa. que o melhor momento para realizarmos esta audiência, com certeza, seria durante a Marcha dos Prefeitos. A presença do grande número de Prefeitos aqui hoje mostra a importância desse tema e a relevância dessas informações.

Quero agradecer, Medaglia, também à nossa representação da Caixa, ao Sr. André Ricardo de Souza, que tem sido um grande parceiro nosso aqui, Superintendente Nacional de Relações Institucionais; à Sra. Joselita Lenza, Gerente Nacional de Relações Parlamentares, e também ao Sr. Marcelo Bretas e ao Sr. Márcio Cavalcanti, que têm sido presença constante, permanente, no assessoramento do trabalho desta Comissão. Gostaria que o senhor pudesse transmitir o nosso agradecimento à Direção da Caixa, pela forma gentil e atenciosa com que esses servidores têm estado aqui à disposição da Comissão.

Deputado Felipe Maia, a palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero inicialmente cumprimentar todas as senhoras e os senhores presentes. Cumprimentando o Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Pimenta, quero cumprimentar todos os Deputados que se fazem presentes nesta importante audiência pública.

Quero também cumprimentar todos os Prefeitos do Brasil, na pessoa do Presidente da FAMURS — Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Mariosvane, e cumprimentar, claro, particularmente, de forma especial, os meus Prefeitos do Rio Grande do Norte, que aqui fizeram questão de estar presentes.

Quero cumprimentar os representantes da Caixa Econômica Federal, o Sr. José Carlos Medaglia Filho, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e



Desenvolvimento Sustentável, assim como a Sra. Ana Cristina da Cunha, Superintendente Nacional de Repasses.

Quero agradecer a presença de todos e dizer que essa grande presença dos Prefeitos já mostra, de forma muito clara, a importância desta audiência pública e a apreensão dos Prefeitos. Por obra do destino, Sr. José Carlos, esta audiência pública vem se realizar justamente no momento da 15ª Marcha dos Prefeitos.

A aflição dos representantes municipais é a maior possível. Essa foi a razão pela qual eu fiz questão de propor, enriquecendo a agenda desta Comissão, esta audiência pública, para que nós pudéssemos tratar sobre os repasses do Orçamento da União, mas mais especificamente sobre os restos a pagar 2010 e 2011, porque, de 2010 para trás, aquelas obras que ainda não foram aferidas se perderam. Mas restam aos Prefeitos do nosso Brasil, até o dia 30 de junho, as aferições das obras com restos a pagar de 2010. E, pelos meus cálculos, digo “meus cálculos”, os do SIAFI, os restos a pagar 2010 giram em torno de 4 bilhões, 359 milhões, 539 mil; e os restos a pagar 2011, que irão vencer, caso não haja nenhuma aferição, são da ordem de 3 bilhões, 827 milhões, 473 mil. Nesse valor eu coloco as emendas genéricas e as emendas específicas.

E eu lhes digo, Srs. Representantes, Sr. José Carlos e Sra. Ana Cristina, que eu vejo essa questão com muita apreensão. Eu aqui escutei com muita atenção e, até lhes confesso, com um pouco de alívio, o que foi trazido pelos membros da Caixa Econômica, através da Portaria nº 517, que busca agilizar e trazer simplicidade aos repasses dos recursos do OGU para os Municípios. Mas o que existe de hoje ou de ontem, quando essa portaria foi editada, é assustador. Eu tenho dezenas de exemplos do meu Rio Grande do Norte. É claro que não vou trazer mais do que dois. Mas deixem-me só ilustrar para entendermos o que estamos falando nesta audiência pública.

No meu Rio Grande do Norte há um Município chamado Doutor Severiano. Esse Município teve uma emenda de 2010 colocada no Orçamento para a aquisição de uma patrulha mecanizada no Ministério da Agricultura. A emenda era da ordem de 136.500 reais. A patrulha já foi comprada, já está no Município, a Caixa Econômica Federal já testou que a patrulha existe, que está no Município, mas até hoje a Caixa Econômica Federal não pagou. Esse trator está no alpendre da



Prefeitura com uma lona preta por cima. O agricultor passa em frente e fica olhando aquela patrulha mecanizada, pedindo ao Prefeito que faça um corte de terra, que faça com que aquela patrulha mecanizada possa gerar renda para as famílias. Mas a Caixa Econômica Federal, não sei por que razão, ainda não pagou, mesmo tendo atestado a existência daquela patrulha mecanizada.

E outro caso é o de uma praça de eventos no Município do Encanto, no alto oeste do Rio Grande do Norte. A CEF já fez aferição de 86,09% da obra. A emenda é de 234 mil reais, mas até o presente momento não foi liberado um só real. O Prefeito já gastou nessa obra algo em torno de 200 mil reais entre recursos próprios, do Governo do Estado e de outras fontes. Mas a Caixa Econômica Federal, mesmo tendo atestado, ainda não depositou um só real na conta da Prefeitura.

Portanto, casos como esses e outros do nosso Brasil fazem com que este plenário hoje esteja lotado de Prefeitos, que posteriormente vão fazer uso da palavra para tentar entender por que razão casos como esses e outros parecidos, em que existe a execução da obra, mas não existe a medição, ou então existe a medição, mas não existe o pagamento, acontecem.

Os senhores falaram aqui que a estrutura da Caixa é frágil e deficitária. Isso me despertou uma curiosidade, porque o nosso País hoje possui 5.565 Municípios. Conforme dados apresentados no ano passado pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, o Sr. Jorge Fontes Hereda, no dia 1º de junho de 2011, a Caixa Econômica Federal conta com 5.292 funcionários, distribuídos entre engenheiros, arquitetos e técnicos sociais. Ou seja, é praticamente um funcionário para cada Município do Brasil.

Então, eu preciso perguntar aos representantes da Caixa onde estão concentrados esses técnicos, quais são as tarefas que eles estão cumprindo, como estão sendo feitas as medidas de capacitação desses gestores, para saber se todos estão aptos a fazer essa medição, e, por fim, o que justificaria, então, a demora da Caixa Econômica Federal para que fossem feitas essas aferições.

Essas seriam algumas das questões que eu aqui deixaria. Não sei como o Presidente vai orientar esta audiência pública, se seria por blocos de perguntas ou perguntas individuais, mas eu gostaria que pelo menos essas perguntas fossem aqui esclarecidas. E eu vou dar um voto de confiança à Caixa Econômica, porque eu já



havia feito outras perguntas aos representantes, como indagar sobre quais medidas estão sendo tomadas para que esse processo de aferição e medição de obras se torne mais célere e eficiente, sobre como proceder para que os recursos sejam liberados de forma a não prejudicar o bom andamento das obras, mas eu acho que essa portaria é uma luz, espero que começo do túnel, não no final do túnel. Eu pelo menos senti aqui um otimismo. É como proceder para que os recursos sejam liberados de forma que não prejudiquem o bom andamento das obras. Mas eu acho que essa portaria é uma luz, e espero que no começo do túnel, não no final. Eu pelo menos senti aqui um ar de otimismo para que os Prefeitos possam, através dessa apresentação feita com muita competência pelo Sr. José Carlos, voltar para seus Municípios com a esperança de que os recursos serão agilizados, liberados e feitos de uma forma mais transparente os repasses da Caixa Econômica Federal.

Estes são alguns questionamentos que justificam a audiência pública.

Por fim, deixo mais um questionamento, qual seja o de que nós, Parlamentares, representantes dos nossos Estados e do nosso povo, tenhamos esclarecidas algumas dúvidas no que se refere a Restos a Pagar de 2010 e 2011.

Quero também agradecer aos representantes da Caixa Econômica Federal a presença nesta audiência pública, assim como todos os meus pares, Deputados presentes, e principalmente de uma forma muito pessoal e muito particular às maiores autoridades presentes a esta audiência pública, os maiores interessados no assunto aqui tratado, aos Prefeitos de todos os Municípios do nosso Brasil.

Era isso, Sr. Presidente. Como disse, espero ter uma audiência pública muito produtiva.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Felipe Maia. Mais uma vez cumprimentamos V.Exa. pelo requerimento.

Ouviremos agora o segundo Parlamentar que subscreveu também esse requerimento, Deputado Duarte Nogueira. Depois ouviremos o Deputado Toninho Pinheiro, que tem sido um aguerrido integrante desta Comissão e tratado muito desse tema.



Vamos fazer esta reunião em blocos. A partir do segundo bloco, vamos intercalar Parlamentares com as representações dos Prefeitos, das regionais dos Prefeitos presentes.

Pelos elementos até agora apresentados, temos certeza de que será uma audiência muito importante. Pedimos a atenção e a compreensão de todos para conduzirmos os trabalhos da melhor maneira possível.

Solicitamos a todos os Parlamentares que desejarem fazer uso da palavra, como é o caso do Deputado Assis — Sra. Socorro, por gentileza, Sra. Carla —, que assinem a lista de inscrição.

Deputado Duarte Nogueira, coordenador da bancada do PSDB na Comissão de Orçamento, também autor do requerimento, a palavra está a sua disposição.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Paulo Pimenta; senhora e senhores representantes da Caixa Econômica Federal e do Governo Federal; Deputado Felipe Maia, autor do requerimento, do qual fui subscritor, em conjunto, conforme anunciado pelo Presidente; Sras. e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores, o Deputado Felipe Maia colocou de maneira bem objetiva as razões pelas quais esta audiência pública foi requerida.

Ela tem por escopo apresentar os recorrentes atrasos dos convênios firmados pela Caixa Econômica Federal e as dificuldades que os Municípios beneficiados têm para poder executar esses convênios e, ao mesmo tempo, chamar a atenção de que, por ser um ano eleitoral, vivemos uma situação atípica e temos praticamente 30 dias para colocar esses convênios em andamento para que eles não venham a ser perdidos.

Faço este pequeno preâmbulo, Presidente, porque esta Comissão representa o Congresso Nacional, representa o Parlamento brasileiro. É uma Comissão Mista formada de Deputados Federais e de Senadores. É a Comissão que aprova, sem prejuízo às demais leis do País, as leis mais importantes, sobretudo a Lei de Meios, que pactua onde a sociedade vai destinar seus impostos para o seu desenvolvimento e o seu bem-estar.

Votamos aqui o PPA, o planejamento do orçamento federal para o quadriênio, conforme estabelecem a Constituição e as leis, e votamos a Lei de Diretrizes



Orçamentárias no primeiro semestre, que baliza em quais programas os quantitativos financeiros serão alocados no segundo semestre, quando da votação da Lei Orçamentária.

Em algumas democracias o Poder Legislativo se faz valorizar não só pelo aspecto constitucional, mas pelo aspecto de costumes e de respeito que ele tem pela sociedade e a sociedade por ele; em algumas delas não é nem o Executivo que envia ao Congresso a peça orçamentária. No Congresso norte-americano quem entrega, como se tivesse elaborado a peça para o Presidente do Congresso, é o Líder do Governo, e não a Ministra do Planejamento ou o Ministro de Finanças dos Estados Unidos.

Muito bem, aqui nós recebemos os projetos de lei do Governo Federal votados de maneira pública à luz da discussão com a sociedade. Além da aprovação daquilo que o Governo coloca como os seus elementos de desenvolvimento, de custeio, de alavancagem do fomento, tudo aquilo que é dinheiro público, que vai cumprir com funções públicas, são aqui aprovados. Além disso, os Parlamentares também têm por prerrogativa apresentar suas emendas: emendas de bancada de seus respectivos Estados e emendas individuais.

Uma vez concluído o processo de votação do Orçamento, esta lei orçamentária se torna lei e precisa ser cumprida. E aí está resolvido o problema? Não. Aí começa outro calvário, o esforço diuturno, às vezes, de mendicância, para que os recursos das emendas parlamentares, que não são dos Parlamentares, mas das cidades aqui representadas por Prefeitos de todo o País, gente humilde, que quer creche, que quer posto de saúde, que quer tirar a terra e o barro da porta da sua casa, que quer fazer o asfalto... E aí o Parlamentar entra em outra etapa de sofrimento, a de ter que garantir o empenho.

Depois de todas aquelas emendas apresentadas de 10, 11, 12, 13 milhões de reais por Parlamentar, não se consegue empenhar um terço disso, um quarto disso, e os governistas, um pouco mais, por causa da ação de Governo. E aí o que acontece? Já está resolvido o problema com um terço desses investimentos? Não. Aí os convênios começam a ser assinados, vai-se ao SICONV, mobiliza-se a Caixa, o Prefeito traz os documentos, faz-se toda aquela burocracia, assina-se o convênio, mas ele não é executado.



Exemplo? Vou dar um único exemplo. Cidade de Colina, no meu Estado, São Paulo: emenda de 2010. A validade dela vai até 30 de junho de 2012. E aqui eu pergunto aos representantes da Caixa Econômica Federal... No caso da aproximação do período eleitoral, a Caixa disse que melhorou, que aperfeiçoou o rito, conforme a apresentação feita pelo Sr. José Carlos. A esse Município foram destinados 245.850 reais para melhorias urbanas. A obra iniciada ainda não teve medição. Se não tiver essa medição até o dia 30 de junho, os 245 mil e demais reais serão perdidos.

Então, todo esse esforço, essa energia, essa expectativa, essa ansiedade vai se transformar em enorme frustração. E os recursos, que são públicos, que devem ser aplicados para beneficiar a população, não cumprirão sua função constitucional.

Por isso espero que esta reunião sirva como elemento de aperfeiçoamento entre as relações do Poder Executivo e do Legislativo. Não vou aqui nem me referir à questão do empenho. É outra discussão. Essa questão vai além do empenho, do convênio assinado; ela é a parte derradeira, final do processo de investimento, aquela onde as Prefeituras, ou grande parte delas, não tendo como prosperar, vão, mais uma vez, sofrer frustrações. As suas respectivas populações não terão os investimentos que, de uma certa maneira, seriam importantes para a melhoria da sua qualidade de vida.

Espero que a Caixa, pela sua tradição, pelo quadro de servidores de carreira, servidores experientes, possa superar isso e nos oferecer a agilidade que, neste momento, nesses pouco mais de 30 dias, nos é necessária. O volume de situações como essa que eu acabei de apresentar — de convênio assinado, obra iniciada sem medição — é enorme. São bilhões e bilhões de reais no Brasil todo, e nós corremos o risco de, mais uma vez, não ocorrerem esses investimentos.

O que tem acontecido — para concluir, Sr. Presidente — é que, da parte do Governo Federal, se faz anúncio de X milhões de casas, anúncio de cento e tantas mil creches... Mas o que acontece na prática? De todos esses mega-anúncios colocados no Orçamento, colocados como planejamento de investimento, nenhum caso deles tem conseguido atingir mais do que um quarto. Então, se o Governo fala que vai construir quatro creches, três não serão construídas; se fala que vai construir quatro hospitais ou 400 hospitais, apenas um ou cem deles serão construídos. E não



porque não queira fazer, mas por incapacidade gerencial ou por incapacidade de aperfeiçoar a superação dessa burocracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Deputado Toninho Pinheiro, representante do Estado de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Presidente Paulo Pimenta, Deputado Felipe Maia, pessoal da Caixa, demais colegas Deputados, meu amigos e colegas Prefeitos, meu nome é Toninho Pinheiro.

Recebi 180 mil votos como Deputado Federal, estou no primeiro mandato e fui prefeito por três vezes.

Quero dizer que hoje, nessa história, os Prefeitos e o povo são os grandes prejudicados. A situação é de uma gravidade que não tem tamanho, não tem como mensurar.

Sou defensor do recurso direito do Ministério para a Prefeitura. (*Palmas.*) Se um prefeito recebe todo mês o Fundo de Participação e o ICMS, tendo de gastar de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por que não pode receber a emenda e gastar de acordo com essa lei? É o que acontece com todo prefeito. Hoje, temos o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Câmara Municipal, o PAC, todo mundo. Temos que simplificar isso. Não pode acontecer que um recurso fique nessa situação: para empenhar demora 1 ano; depois, quando se vai pagar, mais 1 ano.

Os salários do Presidente, do pessoal da Caixa e o nosso estão em dia. Agora, quantas empreiteiras probrezinhas, faz 1 ano que fizeram a obra, não pagaram pedreiro, não pagaram servente? Um ano sem receber o salário — isto é um pecado!

Sr. José Carlos, da Caixa Econômica Federal, o senhor entrou em contradição, não intencionalmente, quando disse uma coisa muito grave e que dá espaço para o ladrão roubar do povo brasileiro: 80% das Prefeituras do Brasil — disse o senhor — não têm profissionais qualificados e técnicos em quantidade para elaborarem os projetos. Mas a Caixa está recebendo projeto adoidado. De onde estão vindo esses projetos? O senhor vai me desculpar, mas isso dá ideia de que



tem alguém oferecendo esses projetos, para depois controlar a licitação, meter o ferro nos Prefeitos e roubar o dinheiro do povo brasileiro.

É por isso que eu fui à Comissão de Finanças e Tributação, onde apresentei uma proposta. Dei até um exemplo. Por que o recurso tem que ir do Ministério para a Prefeitura diretamente? Vou liberar 3 milhões de reais para uma Prefeitura do Norte do Brasil. O prefeito é pobrezinho, está passando fome e não tem, como disse o senhor, quantidade nem pessoas com qualidade para realizarem o tal projeto. Aí aparece um empreiteiro, um camarada desqualificado, com a boca muito grande, que doa o projeto para o prefeito que está passando fome. Aí toca o projeto na Caixa, depois controla a situação, mas o prefeito não sabe disso. Depois, a bomba estoura no prefeito: *“Ah, o prefeito é ladrão. O prefeito é isso e aquilo”*. Mas o prefeito não tem condições de chegar lá. Então, essa situação é muito complicada.

Por exemplo, eu devo uma grande obrigação à Caixa: o imóvel onde eu moro foi financiado em 120 meses pela Caixa. Eu sou muito grato à Caixa. Apoio a Presidenta Dilma, ela é competente e correta, mas não sou puxa-saco. Eu sou uma pessoa que quer ajudar o Governo a fazer o melhor.

Acho que a Caixa tem que fazer o mesmo papel do BRADESCO, do Itaú: cuidar do povo brasileiro. Agora, se ela quiser ficar junto de nós, seja bem-vinda também, porque é uma entidade de respeito. Mas a Caixa não pode impor ao Prefeito...

Eu tenho 180 mil votos. Todos os Prefeitos, os meus — aqui está um —, dizem que a Caixa é inimiga deles. Eles têm medo da Caixa. Para arrumarem 200 mil reais, vejam a quantidade de documentos que os Prefeitos têm de apresentar. Está tudo morto!

Então, a situação é grave. Nós não podemos compactuar com isso. Temos de arrumar uma maneira inteligente... Se a Caixa quer participar, quer ganhar o dinheirinho dela, tudo bem, mas ela nunca pode chegar e impor. Eu tenho que apresentar um projeto para a Caixa e ela me arrumar o dinheiro. Depois, o Ministério tem de depositar o dinheiro na conta do prefeito.

Por exemplo, 3 milhões de reais. Eu vou depositar na prefeitura pobre. Então, o Ministro deposita 3 milhões de reais. Aí o Ministro diz: *No máximo 10%, esse prefeito vai ter que licitar o projeto*. Se não há pessoa qualificada, o prefeito tem de



licitar o projeto. Licitado o projeto, o prefeito pela segunda vez vai licitar a obra e depois vai executar a obra sob pena de punição exemplar. Se roubou, põe ele na cadeia, mas não pode ficar nessa situação. Se o prefeito tem capacidade para receber todo mês o ICMS, faço uma pergunta a todos os Prefeitos aqui: algum de vocês pode gastar o dinheiro do ICMS ou do Fundo de Participação sem aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal? Não pode.

Agora, a mixaria da emenda. Nós temos que tomar bênção à Caixa? Não, não pode isso não. A Caixa tem que pular fora desse programa ou então ajudar no final. Ela fiscaliza: *aquele prefeito é ladrão, vamos meter ferro nele*. Porque, na hora de responder pelos crimes... Fui prefeito três vezes. Quando saímos lá, o Ministério Público, a Polícia Federal... Tudo vem em cima da gente.

Então, a Caixa hoje está travando o progresso do Brasil, está prejudicando o Brasil. Não é intenção da Caixa. Vocês são pessoas bondosas, capacitadas, honestas, mas para defender o dinheiro brasileiro... Vocês não sabem como que é a política, como nós, que somos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Desculpe... Mais um pouquinho, por gentileza, só para concluir, porque a gente estuda para aprender; a gente estuda não é para ficar burro não. Então, quando colocamos uma emenda, uma portaria ou um projeto é para ajudar a melhorar a vida das pessoas. A política foi feita para quê? Para ajudar a melhorar a vida das pessoas. Então, nós temos que correr atrás disso. Nós não podemos mais aceitar essa situação que é grave. Inclusive, quero avisar a todos os Prefeitos, a todos os colegas Deputados que, com humildade — eu não tenho sabedoria, tenho meu coração cheio de vontade de ser útil, eu quero ser útil como Deputado, porque o meu salário está em dia —, eu já fui à Consultoria Legislativa. Aqui, em Brasília, Srs. Prefeitos, nós temos os melhores consultores do Brasil. Eles estão aqui. Eu os procurei, procurei a Comissão Mista de Orçamento, pedindo um projeto para facilitar ou então retirar a Caixa, porque ninguém aguenta mais isso aqui.

Outra coisa que eu pedi vai ao encontro do que disse a Presidenta Dilma. Ela, quando for liberar os recursos... Porque a Presidente fala a todo momento *Brasil rico é Brasil sem miséria*. Então que a Presidenta Dilma mande o dinheiro, primeiro, para



as cidades mais pobres. E o que é uma cidade mais pobre? É o que diz IDH? Não. Você olha a população e o seu ICMS. Por exemplo, Paulínia, em São Paulo, deve ter uns 80 mil habitantes e arrecada 60 milhões de ICMS por mês. Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, tem 400 mil habitantes e arrecada 3 milhões de ICMS por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Toninho.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Muito obrigado por essa oportunidade, mas eu gostaria que V.Exa. concedesse a palavra para todos os Prefeitos, porque eles estão desesperados. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Eu fiz questão de conceder a palavra a V.Exa., porque acompanho suas manifestações e sei como o senhor é um batalhador aguerrido por esse tema. É evidente que não vou poder abrir a palavra a todos os Prefeitos, até porque já combinamos ontem, junto com o senhor, como é que vai funcionar esta audiência.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Foi, e eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vou passar a palavra para o Prefeito Mariovane, Presidente da Federação. Depois, vamos ouvir a manifestação da Caixa e seguir a ordem de inscrição. Cumprimento V.Exa. mais uma vez por sua intervenção.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Só um minutinho, só um pequeno aparte. Todos os nós, Deputados, estamos imbuídos nesse sentido de ajudar na questão das emendas, até o Deputado que chegou agora, Esperidião Amin, está com um projeto para que as emendas sejam até impositivas. Então, tudo que estamos podendo fazer estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado. Senhoras e senhores, Prefeito Mariovane, agradeço aqui, na sua pessoa, a todos os Prefeitos que estão prestigiando nossa agenda.

Esta oportunidade, Mariovane, é muito importante para que durante a marcha vocês possam tratar de um tema que é tão relevante para as prefeituras. A palavra está à sua disposição.



O SR. MARIOVANE WEIS - Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Orçamento dessa Casa, meu agradecimento pelo convite, em nome dos mais de 200 Prefeitos que aqui se encontram.

É muita representativa e importante esta reunião para esclarecermos alguns de nossos pontos de vista em relação aos recursos das emendas parlamentares. Meus cumprimentos ao Deputado Felipe Maia, autor do requerimento, à direção da Caixa, aqui representada por diversos servidores, dentre eles o Dr. João Carlos Medaglia, aos demais Deputados, Sras. e Srs. Prefeitos, Vereadores, representantes dos Municípios que aqui se encontram.

De fato, o pagamento de Restos a Pagar passam, segundo o Presidente da CNM, de 20 bilhões de reais. É uma preocupação muito grande para nós, fundamentalmente porque estamos em final de mandato, em final de gestão e próximos a uma eleição onde seremos julgados pelo que fizemos, pelo que deixamos de fazer ou ainda pelas obras paralisadas e empresas quebradas que ficaram no meio do caminho. Esta é a realidade, por conta da burocracia, apenas por conta da burocracia brasileira.

Estamos discutindo aqui a dificuldade dos gestores municipais, dificuldades essas que o Brasil ainda não pôde superar. Infelizmente, às vezes, para privilegiar benefícios a alguns setores, a alguns interesses corporativos, em alguns momentos, precisamos avançar rapidamente e resolver problemas pontuais, Deputado Paulo Pimenta. A angústia é muito grande, o desalento é geral. Tem muita gente deixando a política e ao sair fala mal de nós mesmos. Depois do Orçamento, assinado o convênio, recurso empenhado, firmado contrato com a Caixa, licitado o projeto, iniciada a obra, mas o dinheiro não vem, não chega. Quem vai pagar a conta no final? É o Município, o Município que detém 14% da receita tributária nacional. É contra o Município que a empresa vai entrar na Justiça, cobrando indenização por perdas e danos e tudo o mais. Quem vai responder? A Caixa, o Governo, o Ministério? Não. É o Município que vai pagar essa conta. O gestor já está pagando porque vai ter as suas contas glosadas, classificadas, muitas vezes, senão pelo Poder Judiciário, pela população, pelo adversário como ficha suja. Esta é a realidade. Temos de avançar rapidamente nessa questão.



Os Municípios estão com muitas dúvidas. É importante, Deputado, que seja colocada à disposição de uma boa representação de Prefeitos a palavra aqui. Os Prefeitos têm uma posição e querem fazer perguntas para a Caixa. Por exemplo, em certo momento, a Caixa diz que vai liberar o início das obras com o depósito de 50% do recurso, mas nós temos 30 dias para fazer a licitação, para iniciar a obra... Mas como vamos dar início à obra se o dinheiro não está depositado? A quem cabe depositar o recurso? Cabe ao Governo Federal. Se não se inicia a obra, perde-se a emenda, o recurso, o empenho.

Depois de tantas idas e vindas a Brasília, de tantas despesas com licitação para projeto, contratação de projeto, se a prefeitura não tem, seguramente o prefeito contratou um engenheiro em situação emergencial ou ainda contratou uma empresa para fazer diversos projetos que o prefeito veio aqui e conseguiu. Depois de todo esse ônus ao Município, precisamos agilidade da Caixa. Os quase 4 anos de espera para conclusão da obra devem ser reduzidos a prazos de um ano e meio ou 2, no máximo.

Vejo também muitos Prefeitos falarem muito bem do Banco do Brasil; falam muito bem do Banco do Brasil. Não vejo reclamações contra o Banco do Brasil; em receitas de repasse do Governo Federal para convênios e outras modalidades, via Banco do Brasil, não vejo reclamações, mas contra a Caixa são diversas as reclamações, e a todo o momento.

Particpei também de uma reunião na FAMURS, em Porto Alegre, mas espero que não fique apenas naquilo, mas que se tomem providências efetivas, Deputado, para que o trabalho dos senhores chegue de fato lá na ponta e que o anúncio da emenda, do recurso, vire obras, obras efetivas, na prática, e não em 4 anos, mas sim num prazo menor.

Teria perguntas pontuais sobre, por exemplo, os recursos de obras já iniciadas em que o Governo Federal não deposita os recursos por diversas desculpas: às vezes, a Caixa não mediu: às vezes, não entrou no sistema: às vezes, o Ministério não liberou, ou foi a Casa Civil. São diversas as desculpas. O Município não recebe o recurso, mas a obra está lá com 30, 40, 50% em andamento.



Faço uma pergunta: é possível em obras de, digamos, 1 milhão de reais, ou acima de 750 mil, o Município antecipar o pagamento e se ressarcir lá na frente? Deixo esta pergunta final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Prefeito Mariovane.

Quero dizer aos senhores que um dos objetivos desta Comissão tem sido exatamente qualificar nossa relação com os Parlamentares, com os Prefeitos, com as assessorias, com a sociedade, e esta audiência pública tem esse intuito também. Já está disponível na página da Comissão, para todos os senhores e senhoras poderem acessar, todas as informações que a Caixa Econômica Federal trouxe para a reunião. Já está à disposição na página para que, nas Prefeituras, as suas respectivas assessorias possam buscar o que foi aqui apresentado de maneira mais detalhada.

Quero agradecer também ao Tribunal de Contas da União pela gentileza, ele que tem sido nosso parceiro; ao final, os Prefeitos que tiverem interesse receberão do Tribunal de Contas um manual sobre convênios e outros repasses, documento que vai ajudar a compreender melhor essas questões. O Tribunal de Contas vai disponibilizá-lo para todas as prefeituras aqui presentes ou representadas.

Depois do Dr. Medaglia, o próximo bloco terá a seguinte ordem: Francisco Escórcio; Gilmar Machado; Dorinha Seabra; Waldenor Pereira e Joaquim Beltrão. Serão os cinco Parlamentares do próximo bloco.

Doutor Medaglia com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Vou procurar, então, ponto a ponto, responder às questões colocadas pelos participantes.

Deputado Felipe Maia, quero confirmar, ou retificar enfim, alguns números. O que corremos o risco de perder agora, no mês de junho, são as emendas de 2010, hoje totalizando 2,5 bilhões de reais, essas que nós temos no Restos a Pagar e que precisam de comprovação de início de obra até o final do mês de junho.

As de 2011 foram firmadas no final do ano de 2011 e terão um prazo de 24 meses; portanto, elas se tornarão emergenciais no próximo ano.



Reitero o apelo: vamos ter de nos concentrar nessas operações que precisam de comprovação de início até o dia 30 de junho. Temos outras operações, cujos projetos nem foram entregues à Caixa, e eu me referi a quantitativo; outras que não realizaram licitação: e outras que estariam já com essas etapas cumpridas e precisariam iniciar a obra.

Quero me comprometer com os senhores com relação ao que nós fizemos em todos os anos, quando estávamos prestes a perder um número significativo de contratos. É um compromisso da Caixa que, toda documentação, toda medição de obra que chegar à Caixa num prazo mínimo que nos permita ir à obra e comprovar o seu início, nós não perderemos. E o nosso histórico comprova que tudo aquilo que dá entrada na Caixa até uma semana antes nós conseguimos fazer o processo.

Qual é o alerta que acho que cabe neste momento? Existe um número significativo de operações cujos projetos sequer foram entregues à Caixa; cujos processos licitatórios sequer começaram. Portanto, esses são contratos que merecem uma atenção especialíssima dos Srs. Prefeitos, sob pena de tentar juntar toda essa documentação e entregar no último dia à Caixa. Aí teremos grande chance de essas operações serem perdidas. E eu me arriscaria a dizer que quem, neste momento, faltando 40 dias para o prazo fatal, não tem projeto nem iniciou o processo licitatório, me parece claro que está com o prazo já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Dr. Medaglia, o senhor me permite? O Prefeito me trouxe uma questão que eu achei interessante. Ele me trouxe a seguinte alegação: há empresas que ganharam licitações, mas são as mesmas empresas que têm restos a pagar para receber. Portanto, não querem iniciar as obras novas sem receber o que está pendente. Portanto, uma questão depende da outra. Ou seja, a empresa só está disposta a iniciar nova obra, se receber aquela que está pendente. Então eu acho que nós teríamos de sincronizar isso.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Eu acho que o momento nos coloca a seguinte questão: toda operação que tiver projeto, licença ambiental, licitação realizada e, portanto, estiver prestes a iniciar, essa documentação precisa ser entregue à Caixa urgentemente. Por quê? Porque é a recepção dessa documentação que faz com que a Caixa sinalize para o Ministério que a operação



precisa de recursos para começar. E, segundo a regra da portaria e o anúncio da Presidenta de ontem, essas operações receberão recursos em conta. Portanto, isso viabilizará que as empresas iniciem com segurança.

O que nós não podemos é esperar até a última hora para que essa documentação seja reunida e entregue à Caixa. Esse é o esforço que precisa ser feito neste momento: projeto, licença ambiental e licitação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deixe-me ver se entendi.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Aquelas emendas de 2010 que estão com licitação pronta, que não deram ainda ordem de início, que reúnem em torno de 1 bilhão e 300, receberão agora 50% do valor. Agora?

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - A partir do anúncio de ontem da Presidenta, essas operações passaram a compor o universo, ao abrigo da portaria. Portanto, tendo documentação o.k. entregue à Caixa, elas receberão o recurso imediatamente e receberão autorização para o início da obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Sem necessidade de medição, já vão receber os 50% agora.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Receberão os 50%. E precisaremos atestar o início da obra até o dia 30 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Perfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - O.k.? Eu fiz questão de fazer esses esclarecimentos para que tenhamos o universo que merece a nossa atenção de hoje até o dia 30 de junho.

O Deputado Felipe Maia coloca dois exemplos que eu acho muito interessantes para fazer uma análise. Os dois exemplos aqui trazidos, Deputado, dão conta de duas operações nos Municípios de Doutor Severiano e de Encanto que conseguiram passar por todas essas vicissitudes, por todas essas etapas — apresentaram projeto, deram início à obra, têm patrulha mecanizada já adquirida, a Caixa já realizou o que lhe cabia —, mas o que está faltando neste momento são os recursos. Não há consolo nenhum em dizer que o Município fez o que é seu e a Caixa fez a sua parte. Mas esta é a realidade. Neste momento, eu diria que não está na alçada da Caixa solucionar esse problema, porque nós fizemos tudo o que nos



cabia e sinalizamos para o nosso Ministério gestor que esta operação está pronta, medida e requer recursos.

Eu penso que, a partir daqui, a ação possível é a negociação das Prefeituras, das entidades representativas. Enfim, acho que esta Casa é o foro legítimo para levantar essa questão, porque, do ponto de vista operacional e técnico, nesses dois exemplos que o senhor nos traz, nós cumprimos o que nos cabia, e estamos prontos a dar seguimento à medida que caia uma ordem bancária na conta do Município.

E aqui o senhor me oportuniza a fazer um outro esclarecimento acerca do mecanismo pelo qual o recurso entra na conta da Prefeitura. Muitas vezes, a falta de entendimento desse processo pode levar a acreditar que a Caixa dispõe desse recurso e não o está disponibilizando. Eu quero aproveitar esta oportunidade para esclarecer que o recurso, quando sai da conta única do Tesouro, sai por uma ordem bancária diretamente na conta do convênio, em nome da Prefeitura, bloqueado. Então, não há intermediário. A conta do Tesouro municia diretamente a conta da Prefeitura. Portanto, em todos os casos em que não há recurso, é porque esse recurso de fato não veio do Tesouro.

Este é um esclarecimento que acho fundamental: é uma ordem bancária que cai diretamente na conta do Município.

Seguindo nos meus esclarecimentos, o Deputado Duarte Nogueira pergunta se essa operação do Município de Colina, que é de 2010 e cuja obra está iniciada, porém não tem medição, corre o risco de cair em 30 de junho. Eu lhe diria o seguinte: essa é uma operação fácil de salvar. Ela já tem obra. Falta apenas entregar a medição à Caixa. E a Caixa se compromete a, no menor prazo, fazer essa medição. Essa é uma operação que nós não podemos perder.

Agora, eu gostaria de retornar com o questionamento, que é o seguinte: por que essa medição ainda não está entregue, se a obra já começou, venceu uma série de etapas? À medida que ela for entregue, ela será imediatamente sinalizada, e não vamos perder essa operação. Isso é o que nós precisamos fazer nesse período.

O Deputado Toninho Pinheiro faz uma série de considerações a respeito da decisão de ser intermediado pela Caixa ou não. Eu lhe diria que acho que não me cabe opinar sobre isso. É uma decisão do Governo e de cada Ministério a modalidade pela qual ele vai fazer a transferência. Eu lhe diria que, no que cabe à



Caixa, estamos preocupados em tentar atender bem aquilo que nos determinam e contribuir para a discussão do processo. Orgulho-me muito de ter passado 8 meses defendendo o que saiu na Portaria nº 507, em termos de flexibilização.

A minha instituição foi uma das principais defensoras de que nós tenhamos menos exigências, principalmente para as operações de valor mais baixo; que nós tenhamos um rito mais simplificado. Nós sabemos o que custa para a Caixa acompanhar uma operação por mais de 3 anos. Nós entendemos que esse processo tem que ser mais ágil. A sociedade precisa disso.

Então, reafirmo que nós somos parceiros pela simplificação, sim. Até porque nós nos consideramos, tanto quanto o Município e a população, vítimas desse processo. É uma pecha que a Caixa acaba assumindo por ser a linha de frente do processo. Mas eu insisto: as regras todas que fazem com que o senhor Prefeito tenha um calhamaço de documentos a entregar não são regras internas da Caixa. Em grande parte, são regras legislativas.

E aí eu me permitiria contar com a compreensão dos senhores para que deem atenção à discussão da LDO, que já está em curso. Por quê? Nós fomos audaciosos na portaria e colocamos uma série de simplificações; a LDO tem hierarquia legislativa sobre a portaria. Se na LDO deste ano tivermos reproduzidos dispositivos, como já tivemos em outros anos, essas flexibilizações cairão. Portanto, a discussão da LDO deste ano é essencial para manter os benefícios da Portaria nº 507. Permitam-me fazer esse alerta.

A última questão que foi colocada pelo Prefeito Mariosvane é com relação ao Banco do Brasil, que também é uma Instituição de grande mérito no País. O Banco do Brasil operacionaliza apenas convênios, que são ajustes direto entre Ministério e Município. Os convênios não têm nenhum tipo de análise e acompanhamento. Portanto, é claro que são vistos como um mecanismo muito mais ágil. O Banco do Brasil está autorizado a fazer contrato de repasse. Até o momento, nenhum Ministério definiu que ele o fizesse. No dia em que fizer contrato de repasse, o Banco do Brasil o fará com regras idênticas às da Caixa, porque, quando faz convênio, a Caixa o faz com regras idênticas às do Banco do Brasil.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Dr. Medaglia.

Senhores, todo mundo aqui, cada Prefeito, cada um de nós aqui presentes, com certeza, tem um caso concreto. É natural que imaginemos que aquele caso concreto que temos é o mais importante. O Prefeito quer saber do caso dele.

Como podemos ajudar aqui? Como a maior parte do pessoal que está aqui é gaúcha, e o gaúcho é meio nervoso, vamos nos organizar. Quem tiver casos concretos de Restos a Pagar deve combinar com a Caixa Econômica Federal para a analisarmos cada situação.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Queria dar uma sugestão...

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Sr. Presidente, deixe cada Prefeito falar pelo menos um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Mas todos vão falar, Deputado Toninho, certo?

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Eu só queria dar uma sugestão quanto a esse encaminhamento, porque é natural que os Prefeitos tenham o seu caso concreto e procurem solucioná-lo.

Eu vou acenar com duas medidas que acho que resolvem bem. Primeiro, havendo qualquer dúvida, a Ouvidoria da Caixa está autorizada a buscar a solução. Independente disso, se o Prefeito Mariovane se dispuser a listar cada um dos contratos que tem algum tipo de questionamento — o Município, o contrato, o valor e qual a pendência que, no entender do Sr. Prefeito, existe —, nós, em uma semana, retornaremos todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Eu vou reunir essa documentação, especificamente do nosso Rio Grande do Sul, na reunião da bancada gaúcha, e vamos encaminhar isso para a Caixa. Vamos encaminhar para facilitar a vida dos outros Estados.

Deputado Felipe Maia, a reunião seguirá a ordem de inscrição. As manifestações serão feitas no microfone. E vou respeitar a ordem de inscrição dos Parlamentares e aquilo que foi combinado ontem. O que foi combinado ontem? Que abriríamos a possibilidade de uma manifestação por representação de Prefeito por região do País. Esse foi o combinado, e é isso que será cumprido.



Com a palavra o Deputado Felipe Maia, que é o autor do requerimento; depois, Deputados Francisco Escórcio, Gilmar Machado, Dorinha Seabra, Waldenor Pereira e Joaquim Beltrão. Essa é a ordem.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Sr. Presidente, prometo a V.Exa. e aos demais pares que não vou abusar do direito que tenho de, na condição de autor do requerimento, usar da palavra agora e no encerramento da audiência.

Quero apenas justificar para a Comissão e para o Sr. José Carlos Medaglia por que eu trouxe o valor de R\$4 bilhões e ele cita o valor de R\$2,5 bilhões.

Os R\$2,5 bilhões mencionados pelo Consultor da Caixa se referem a obras sem início. Já os R\$4,359 bilhões são relativos a obras processadas e não processadas. Como estamos abordando aqui problemas de obras já iniciadas e não iniciadas e recursos não liberados, eu me refiro a 100% dos valores dos Restos a Pagar que estão no aguardo do início da aferição ou não — alguns já foram aferidos, apenas não foram pagos. Então, eu sei que esses recursos estão garantidos, mas trago aqui o valor total dos Restos a Pagar. Para que possamos ter uma ideia, o Orçamento 2010/2011 gira em torno de R\$8 bilhões de Restos a Pagar.

Agora, V.Exa. traz uma preocupação muito grande para esta Casa. No momento em que diz, por exemplo, que a emenda do trator de Doutor Severiano, que já foi comprada, aferida, mas não foi paga, na verdade, é um desmentido ao Governo Federal, que tem, repetidas vezes, dito ao Brasil, ao Congresso Nacional e aos Prefeitos que não há contingenciamento de Restos a Pagar, ou seja, existe, sim. O Tesouro está contingenciando recursos de obras realizadas e entregues. Então, que sirva de alerta para o Congresso Nacional, e eu vou repetir, que o que está havendo é um contingenciamento de Restos a Pagar de obras concluídas, já pagas e entregues, como é o trator, que está em Doutor Severiano.

São muito importantes as palavras de V.Exa. E foi por essa razão que pedi a palavra novamente. É preciso alertar para o desmentido do Governo, que tem dito constantemente que não há contingenciamento quanto a Restos a Pagar.

No mais, não vou — ou vou — tocar fogo. Apenas não quero dizer, mas fico muito alerta quando um Prefeito, que tem o conhecimento de causa, diz que a Caixa Econômica Federal é o inimigo do Prefeito, e o Banco do Brasil seria o amigo. Não quero aqui dizer algo que tenha tom de ameaça, mas não se deixa claro, nem nunca



entendi, Deputados, por que a Caixa Econômica tem o monopólio do repasse das verbas do OGU. Por que não também outros bancos, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste? Isso deve ficar na nossa memória e servir para nossa reflexão. Temos de trabalhar com aquelas instituições que estão tratando bem os nossos Prefeitos e os nossos Municípios.

Era o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Francisco Escórcio e, depois o Vice-Líder do Governo, Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Sr. Presidente, eu não sou gaúcho, mas não sou fácil também. Sou brigão quando mexem com o meu torrão.

Para não ser indelicado, quero saudar a Caixa Econômica. E, saudando a Caixa Econômica, vejo aqui: é a Caixa parceira do seu Município? Pergunto aos Prefeitos que estão aqui: é ou não?

(Manifestação dos convidados. Não!)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Vejam aí. É preciso chamar o PROCON, porque isso é propaganda enganosa. Vejo outra coisa: a Caixa e a simplificação do processo do OGU.

Eu estava hoje, com vários Prefeitos do meu Estado, e o Prefeito de Barra do Corda disse assim: *“Deputado, nós vamos ter, lá no nosso Município, um cemitério de obras da Caixa Econômica, do Minha Casa, Minha Vida”*. Isso passou a ser um transtorno para aquela localidade. É verdade! A empresa, de tanto esperar o repasse de dinheiro, porque ela aportou dinheiro do seu orçamento e não teve o repasse por parte da Caixa, está dando no pé. Acontece que aquilo vai ficar lá, porque o Prefeito não vai ter condição, e vamos ficar num processo indigesto no Município, e quem sofre é a população. Isso é verdadeiro? É. O que a Caixa Econômica vai fazer? É uma pergunta dura, mas que tem de ser respondida.

Em Imperatriz, no Maranhão, ninguém quer nem... Quando digo que vou fazer uma emenda, perguntam: *“É da Caixa? Eu nem quero saber disso”*. Ninguém quer mais saber de emenda vinda da Caixa. Estão aí os Deputados que podem dizer se não estão sentindo isso na pele também. Então, fica muito ruim para a Caixa Econômica. E vejam que eu fui assessor da nossa querida Dilma e do Presidente



Lula. Eu faço parte do grupo. Está bem aqui na minha testa: Governo. Mas não posso tapar o sol com a peneira.

Portanto, para reflexão da Caixa Econômica, temos de ser duros, delicados, naturalmente, mas temos de dizer que ela está tumultuando o progresso deste Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar os representantes da Caixa e cumprimentar o Deputado Felipe Maia.

Acho que essas audiências nos ajudam a avaliar onde estão os problemas. Problemas existem. Se não existissem, não estaríamos aqui conversando, dialogando, mas temos de entender a quem cabe resolvê-los.

A exposição do representante da Caixa deixa clara a questão, com a qual concordo, de que quem vota a LDO somos nós. Quem faz a LDO é esta Casa, é esta Comissão. E uma série de regras que existem na LDO é feita por nós. Então, precisamos começar a corrigir.

Essa é uma briga que eu tenho aqui. Inclusive é bom um representante do TCU estar presente, porque uma das brigas que nós travamos aqui — tem muito tempo que nós a estamos travando —, a cada ano, para desburocratizar, é com o TCU.

O Tribunal de Contas da União tem criado problemas, e esse ano eu quero ver a justificativa, porque com essa questão do Cachoeira, o TCU ficou numa situação difícil. Porque nós dizíamos que tinha empresa jogando preço para baixo, o TCU entrou nessa onda da Delta e começou a majorar preço em cima do preço dado pela Delta. Nós dizíamos que estava errado. Brigamos aqui e perdemos várias vezes.

É bom que a consultoria da Casa também... Quando a gente dizia: “olha, esses preços não estão de acordo com o mercado.” “Não, o TCU falou que esse é o preço agora.” Este ano nós vamos poder mexer na LDO com mais tranquilidade, porque eu quero ver qual vai ser a justificativa do TCU. Porque agora nós vamos poder trazer os preços de mercado, voltar a ter realidade. Eu quero ver como os



técnicos do TCU vão fazer para defender agora aqueles preços que eram falsificados pela Delta.

Mas esse não é um problema da Caixa. Não é um problema da Caixa. É um problema que o TCU criou e esta Comissão embarcou, com medo, porque o TCU fala, a imprensa vai atrás. Aí os Deputados se acovardam com medo de enfrentar a imprensa, porque o TCU manda em tudo.

Acho que este ano nós vamos poder fazer um debate melhor da LDO. Eu quero ver como o Tribunal vai fazer, porque o TCU legitimou agora uma série de aditivos para poder limpar o problema da Delta. Então, eu acho que, com isso, a gente vai ter melhores condições de trabalhar na Comissão.

Segunda questão. Acho que a Portaria 507, Medaglia, melhorou muito. Este ano, realmente, o que a Caixa conseguiu executar este ano... Falo isso porque lá em Minas Gerais a coisa deslanchou, melhorou, mas pode melhorar mais.

Acho que essa decisão da Presidenta de jogar os restos dos anteriores também, abaixo de 750, também vai ajudar a agilizar um pouco mais. Mas nós podemos continuar avançando nesse processo.

Acho que nós vamos mexer na LDO, mas acho que os senhores podem melhorar também a questão dos contratos, do número de coisas que pedem também. Acho que a gente tem de continuar dialogando para tentar achar um ponto de equilíbrio.

Com a informática, não tem mais sentido ficar entregando um punhado de papel. É um negócio que eu não consigo compreender ainda. Se nós já estamos na informática, se se exige hoje o SICOM, o cadastro do sistema e tal, por que ainda continuamos com uma papelada desnecessária? Isso eu não consigo entender. Acho que a gente tem de tentar ajustar um pouco esse processo.

Com relação aos Restos a Pagar, esses números que a Confederação Nacional dos Prefeitos coloca, eu não sei onde acharam 24 bilhões, porque não pode utilizar as emendas inteiras dos Deputados. Isso é um erro, e tentar fazer uma divulgação disso é tentar iludir a população de que tem alguma coisa acontecendo, mas não está. A gente só pode considerar Restos a Pagar aqueles empenhos de emendas parlamentares que foram aprovadas. Eu tinha 15 milhões, mas só foram



empenhados 9 milhões. Então, só podem ser contados em Restos a Pagar 9, não pode contar 15. Então essas contas...

Uma coisa que eu aprendi um pouco, apesar de ser professor de História, foi fazer conta. Eu não vou ficar falando para a população uma coisa que não existe. Então, Restos a Pagar, eu quero aqui comemorar os números, mas os dados reais estão aqui: são 7 bilhões e pouco, não 24. Então, é bom a gente começar a trabalhar com números mais claros, mais precisos. E esta é a responsabilidade desta Comissão: restabelecer a verdade e trabalhar em cima de dados reais e concretos.

Para finalizar, quero dizer que vou apresentar algumas contribuições para a Caixa para que a gente possa continuar trabalhando, e também fazer algumas mudanças na LDO, para poder tentar ajudar realmente vocês nesse trabalho.

Agora, quero dizer que lá tem emendas do Banco do Brasil e o sistema é o mesmo. Pelo menos eu não vi nenhuma Prefeitura nossa que compra máquina do MDA com o Banco do Brasil ou com a Caixa, o que para mim é a mesma coisa. Sei que a Caixa não é o único banco que trabalha com Ministérios com execução de emendas; outros bancos também. Acompanho também a Região Norte, como Vice-Líder do Governo. E quase todo o Projeto Calha Norte é feito com o BASA, com outros bancos. Essa é uma coisa que já existe.

Acho que a gente tem de tentar melhorar exatamente essas regras, diminuir a burocracia e usar mais a informática. A informática está aí, vamos usá-la e diminuir o papel. É isso que prejudica muito principalmente os Municípios pequenos, porque o cara tem de sair... Sou de Uberlândia, mas, às vezes, o cara tem de sair lá de Iturama, que fica a 420 quilômetros de Uberlândia, para levar um papel. Aí ninguém aguenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

Com a palavra a Deputada Dorinha Seabra, do Estado do Tocantins.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

Quero parabenizar o Felipe pela audiência, extremamente interessante.



Sou Deputada de primeiro mandato. Discordo um pouco do que disse o Deputado Gilmar Machado. S.Exa. é professor de História e eu também sou professora. Algum problema a gente tem.

Como disse, sou Deputada de primeiro mandato. Quando estamos fora desta Casa, a gente tem a ilusão de que as emendas são de verdade, são pra valer. Então, quando eu anunciei no meu Estado que eu coloquei 15 milhões em emendas e, de repente, eu libero 2, 3 ou 4, ou a oposição muito menos, quase sempre, é como se a gente estivesse passando um “cheque 171” para os Prefeitos. A gente promete, a gente divulga, e isso não acontece, não sai do papel. Acho que isso constringe a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional.

Sei que esse é um discurso repetitivo, mas estou começando a ficar constringida quando a gente anuncia, promete e não ocorre. Acho que é uma coisa que nós precisamos tratar com seriedade.

O processo é lento, sim, da emenda até o objetivo final. Acho que a questão dos quase 4 anos é muito ruim para todo mundo: para o Governo Federal, que passa pelo constrangimento, como é o caso das creches — sou da área da educação e tenho acompanhado a não concretizar um serviço público que precisa ser efetivado. Então, eu acho que os prazos precisam ser observados.

O sistema da Caixa é moroso. Fui Secretária de Estado da Educação quase 10 anos. A gente tinha muita dificuldade com o pagamento de alguns programas que nós tínhamos — recebíamos recursos do Governo Federal, via Caixa Econômica — não por falta de vontade. Acho que existe uma vontade, mas tinha uma dificuldade operacional, dificuldade de pessoal, os sistemas eram atrasados... Então, eu acho que essa reorganização, e os senhores estão demonstrando interesse em aprimorar, precisa ser acelerada.

Quando a gente olha para as Regiões Norte e Nordeste, a situação é mais grave. A representante do Pará sabe o que a gente está dizendo. Nossos Municípios têm fragilidade, sim, no que diz respeito às equipes técnicas; há dificuldades operacionais; há falta de engenheiros disponíveis.

Eu queria fazer, na verdade, algumas perguntas de situações concretas e outras em relação à questão da Portaria 507. Sei que o interesse da portaria é dar



agilidade. Acho extremamente interessante que ela possa ser acompanhada e ver até que ponto ela ainda pode avançar em relação à agilidade.

Quero fazer duas perguntas, uma em relação ao teto de 250 mil reais, que eu acho estranho. Um Prefeito me pediu uma quadra de esportes. Essa quadra custa cerca de 150 mil. Eu tenho de inventar alguma coisa, estimulando uma demanda que não veio, porque eu tenho de colocar 250 mil porque esse foi um teto estabelecido. Acho estranho. Às vezes, com esse recurso de 250 mil, eu poderia atender a outros Municípios, mas o fato de estabelecer é como se eu estivesse estimulando o teto daquela obra subir um pouco para poder chegar nos 250 mil. Então, eu acho que é uma camisa de força inadequada, na minha visão, que estimula inclusive a majoração de preços.

Vou citar também o exemplo dos equipamentos. Não pode, mas alguns Municípios solicitaram equipamentos na área da saúde. Os equipamentos ficavam em torno de 50, 60 mil. Daí eu tive de dizer para buscarem outras coisas que quisessem comprar, porque eu só poderia colocar 100 mil. Acho, da mesma forma, estranho, e acho que isso pode estimular diferentes saídas, até de maneira inadequada, para esse atendimento.

Aconteceram dois fatos concretos em meu Estado, vinculados ao Ministério do Turismo. Uma emenda parlamentar em que o Município tinha diligências a responder. Ele respondeu dentro do prazo; era o último dia que a Caixa tinha para fazer o convênio, mas a Caixa não fez o convênio alegando que a documentação havia chegado depois das 10 da manhã e que não poderia... O Prefeito perdeu a emenda, sendo que, na verdade, a data limite era aquela. Se não havia tempo hábil para análise, eu acho que as datas disponíveis no sistema deveriam ter sido revistas. Eu não sei se vocês têm como colocar alguma situação dessa natureza.

Para finalizar, há uma pergunta sobre o representante da Caixa. Foi colocado para os Municípios com mais de 100 mil habitantes. Parece-me um equívoco, pois quem precisa de ajuda são os Municípios menores. Na Região Norte, no meu Estado de Tocantins, nós vamos ter um Município, que é a Capital, e as outras cidades não se adaptam. Eu acho que essa é uma realidade das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Parece-me um equívoco. Quem precisa de ajuda são os Municípios menores.



Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigada, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira, do Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente Paulo Pimenta, cumprimento os Superintendentes da Caixa Econômica Federal José Carlos e Ana Cristina e saúdo os colegas Parlamentares, destacando a importância da iniciativa do Deputado Felipe Maia em promover esta audiência.

Os gregos inventaram a política para mediar os conflitos. Portanto, nada melhor do que a realização desta audiência nesta Casa legislativa para tentarmos mediar as dificuldades de relacionamento que vêm tendo os Prefeitos e Prefeitas do Brasil com a Caixa Econômica Federal no que diz respeito aos repasses por meio de emendas parlamentares. Acho que, por meio do diálogo e do entendimento, em audiências e reuniões como esta, nós poderemos melhorar essa relação.

Acho que a Portaria nº 507 já representou um avanço considerável numa maior celeridade da tramitação desses recursos, mas é importante destacar, como já foi dito pelo Superintendente, que a Caixa Econômica Federal está subordinada a leis, a normas e a procedimentos de toda ordem — leis aprovadas por este Congresso Nacional, normas estabelecidas pelo Banco Central brasileiro — que acabam, sem dúvida nenhuma, dificultando e, às vezes, até mesmo emperrando os procedimentos de liberação de emendas. Eu acho que o entendimento, o diálogo e o exercício da boa conversa e da boa política, sem dúvida alguma, devem ser a melhor recomendação para melhorarmos a relação das gestões públicas municipais e estaduais com a Caixa Econômica Federal, principal instituição financeira repassadora dos recursos do Governo Federal. Essa é uma questão.

De outro lado, não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, o discurso de desqualificação da Caixa Econômica Federal. Isso nós não vamos aceitar, porque, a despeito da ameaça de privatização da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, essas duas instituições são, sem dúvida nenhuma, as mais importantes do Brasil na operacionalização das políticas públicas; são as mais importantes hoje utilizadas pelo Governo Federal na adoção de políticas macroeconômicas e têm sido fundamentais para salvar o Brasil até mesmo das crises internacionais.



É imprescindível que relembremos o ano de 2009, quando a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil cumpriram um papel de maior relevância na superação da crise que se abateu sobre todos os países capitalistas. Nós, de certa forma, conseguimos superar a crise com muita competência com a participação decisiva da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Agora, novamente, a crise econômica se abate sobre a Europa, especialmente sobre a União Europeia, e a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estão sendo fundamentais. O melhor exemplo, que tem sido elogiado por todos, pela população brasileira e pelo meio empresarial, é a adoção de uma política de redução da taxa de juros, em relação à qual a Caixa Econômica tem cumprido um papel extraordinário.

Eu faço o destaque da importância dessas instituições financeiras. Sou Deputado eleito pela Bahia e lá já ultrapassamos 100 mil habitações por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Sou do Município de Vitória da Conquista e estamos construindo 7.500 mil habitações populares por intermédio da Caixa Econômica Federal. Portanto, queremos destacar o papel fundamental e preponderante que a Caixa Econômica Federal tem exercido para o desenvolvimento nacional. No nosso Estado, duas novas superintendências foram criadas recentemente, inclusive uma lá no Município em que resido, Vitória da Conquista, o terceiro mais importante do Estado. Por isso faço esta mediação na defesa do exercício da prática da boa política, como deve ser naturalmente exercida essa atividade humana.

É preciso melhorar os procedimentos? Sim. Existem problemas com a Caixa Econômica? Existem. Há situações até inexplicáveis, muitas vezes de responsabilidade de uma gerência ou da incapacidade de gestão desse ou daquele funcionário? Sim. Agora, por outro lado, não podemos, em hipótese alguma, concordar com o discurso muitas vezes partidário — é até compreensível — de querer desqualificar essa que é, sem dúvida alguma, talvez hoje a maior instituição financeira do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Waldenor.

Ilustre Parlamentar do Estado de Alagoas, Joaquim Beltrão.



O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu já fui Prefeito e confesso que gostei bastante de trabalhar com a Caixa Econômica. Na época, era mais ou menos o que se propõe hoje: começava-se a obra com dinheiro na conta. Aí, quando a obra terminava, ela estava fiscalizada, tranquila; não havia problema algum de inadimplência, nem com o TCU nem com ninguém. Eu, na época, achava interessante e gostava muito.

Naturalmente, as emendas de cada Parlamentar eram em menor número, a quantidade de recursos também era bem menor, e a Caixa dava conta disso. Mas, no meu entender, hoje não está conseguindo mais.

Agora mesmo, há pouco tempo, fez-se um esforço concentrado para tentar salvar as emendas de 2007/2008. Esqueceram as de 2009. Vamos esquecer 2009 para pegar 2007 e 2008. Pegaram para 2009, vamos esquecer 2010. Agora vão pegar 2010 e também não dá mais tempo. Então, muitas emendas em 2010 vão ser perdidas, porque houve esse esforço concentrado para salvar 2009.

Aí, 2010, ou dá mais um prazo para analisar, porque só para fazer uma licitação leva em torno de 60 dias, e quem não conseguiu até então, está aprovada, conseguir licitar e já era. Se for para o Ministério das Cidades, ainda tem um tal de SPA, sei lá o nome, e a burocracia aumenta mais ainda, que naquele tempo não existia.

Vejo os Prefeitos dizendo que a Caixa tem uma culpa muito grande, que é culpa da Caixa por não dar conta, e vejo também a Caixa dizendo que a culpa é dos Municípios porque não têm capacidade nem gente qualificada. Nessa briga quem perde é o povo, e caberia, no meu entender, à Caixa Econômica — eu já até solicitei no passado, uma certa vez — promover cursos. E não é de graça: cada Município pagaria a inscrição do seu engenheiro, contrataria um. Porque hoje você está limitado a poucos engenheiros que conseguem dialogar com a Caixa no mesmo nível dos seus funcionários.

Eles não têm, entre os funcionários, o mesmo nível. Você pega um projeto, o engenheiro começa a analisar. De repente, o engenheiro foi solicitado para outro projeto. Outro engenheiro começa a analisar, e parece que começa a correr do zero, porque ele pede coisa que o outro já tinha aprovado; ele descobre, na sua concepção, outro tipo de demanda, e aí começa o projeto de novo a tramitar.



Então, é preciso nivelar o funcionário da Caixa como um todo, mas nivelar também o funcionário da prefeitura por meio da Caixa. É como o avião que cai. Quando cai um avião, procura-se saber o que aconteceu para que o próximo avião não caia. Então, cai sempre avião, e continua caindo. Espero que a Caixa promova um curso para os funcionários dos Municípios e da própria Caixa Econômica.

Vou concluir, mas, Sr. Presidente, se puder pedir ao Governo para postergar um pouquinho esse prazo, seria interessante. Se esse atraso ocorreu, foi para salvar o ano 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Mourão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO MOURÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabéns V.Exa. pela iniciativa desta audiência. Os membros da Comissão, os demais Parlamentares, enfim, todos neste Congresso que representam alguma região apresentaram emendas.

Eu estava atento às palavras do Deputado José Carlos. Penso que S.Exa. tem razão quando diz que algumas cidades não têm funcionários concursados em seu quadro de engenheiros. Num País aquecido, onde há falta de profissionais, se a Caixa hoje não consegue contratar engenheiros para seus quadros, quiçá a Prefeitura de uma cidadezinha de 5 a 10 mil habitantes. Por isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi sábia, estabeleceu obrigações com cidades acima e abaixo de determinado padrão. Enfim, ela fez cumprir obrigações que as cidades não teriam condições, tais como: contratar contadores formados com capacidade técnica. Na verdade, aqueles que têm pós-graduação e muito mais dados em seu currículo vão para cidades maiores em busca de salários melhores.

Vou citar um exemplo de uma cidade pequena do meu Estado, São Paulo. Durante a campanha, tive a felicidade de percorrer duzentas e tantas cidades. Estive numa cidade chamada Redenção da Serra, com 4 mil habitantes. A menos de 80 quilômetros estão São José dos Campos, Taubaté, cidades pujantes na região da Serra. Sabem o que havia lá? Uma ambulância na cidade à porta de um ambulatório fechado que fazia a remoção de pacientes à noite e durante o dia para Taubaté e



para São José. Sabem por quê? Não é porque o prefeito de lá é irresponsável e incompetente, é porque não se consegue contratar um médico.

Se generalizarmos, começaremos a dizer que a Caixa é incompetente, e não o é, diremos que os prefeitos são irresponsáveis e incompetentes, e não o são. Na realidade, existem “n” brasis no Brasil. Até o meu Estado, que é pujante e forte, passa por isso. No Vale do Ribeira, tem-se que implorar para alguém ir lá trabalhar, porque é a parte mais pobre do Estado de São Paulo.

Se começarmos a fazer esse tipo de análise, a colocar a culpa no coitado do prefeito de uma cidade pequenina, que tem de implorar para alguém ir até lá trabalhar — em Redenção da Serra, possivelmente, não existe um engenheiro contratado em concurso —, se ele conseguir nomear alguém para cargo em comissão, se ele conseguir pagar algum salário para esse funcionário, este não terá cargo efetivo e nunca terá, possivelmente porque as cidades-pólos da região irão absorvê-lo, e, o mesmo não ficará naquela cidade.

Então, se não pensarmos em algo diferente para atender a essas cidades pequenas, teremos problemas.

Chamo a atenção para outro aspecto grave. Trata-se de licitações já realizadas, as máquinas terem sido entregues, sem o pagamento ter sido efetuado. Conheço uma cidade onde os recursos haviam sido liberados, ela tinha dinheiro, mas teve de esperar 2 anos para comprar um ônibus escolar, porque não havia ninguém para fornecer o produto. Abria o edital e dava deserto, isso relativo a uma emenda. Nenhuma empresa quer participar de licitação de Prefeitura, porque não vão receber. Naquela empresa, possivelmente, não se inscreverá mais no edital de licitação para fornecimento de equipamentos, por medo de pagar mico, esperando o pagamento.

Então, primeiro, haverá problemas de incentivo a editais desertos. Passaremos a ter problemas com o fornecimento para as Prefeituras. Segundo, estamos à porta de uma eleição. Sabem o que vai acontecer nessa cidade? Vão dizer: “O prefeito sumiu com o dinheiro e não pagou a máquina, por isso que ela não sai.” Alguém duvida disso? O que mais escutamos em campanha é que o dinheiro sumiu, que o dinheiro veio, que foi paga a obra e ela não foi feita. Isso é o



que mais ouvimos. Cada um faz sua versão política. Na verdade, as pessoas não sabem fazer uma discussão política dos programas.

Portanto, vejo com muita preocupação essa atitude.

Alguém falava sobre tabela de preço. E o mineiro falava sobre preço. Tenho percebido os prefeitos reclamarem da demora para aprovar o edital. A Caixa, na verdade, virou um trabalho individual de contas, um crivo antecipado de edital.

Demora-se para aprovar o edital. E, quando o edital é aprovado, passam-se meses. Essa é a informação que obtive sobre aprovação de edital. Criva-se a tabela de preço. E aqui fica uma crítica que nós, no Congresso, também temos que acabar. Por quê? Aquela acusação de preço superfaturado, ou de preço superabaixo do preço, tem que acabar. Devemos efetivamente criar uma tabela nacional, uma SINAPI, porque se pegarmos uma SINAPI, se pegarmos uma tabela do IDR — há diversas tabelas nacionais —, e compararmos os preços, acharemos preços superfaturados na tabela SINAPI, excessivamente altos.

E isso faz com que cada um que foi lá fazer a análise de um pré-edital diga que aqueles preços estão errados.

Precisamos fazer com que o Tribunal de Contas da União, junto aos Tribunais de Contas do Estado, se reúnam num órgão nacional e editem tabelas SINAPI regionalizadas, para termos um padrão que nos sirva de base, a fim de sabermos exatamente se aquele preço está ou não certo. Até porque comprar um insumo no Amazonas não é a mesma coisa que comprar no Rio Grande do Sul ou no Mato Grosso, onde aterra para fazer uma obra é às vezes mais barato do que num lugar onde há dificuldade de buscar jazidas.

Precisamos parar de ter pressa nesta Casa, mas também ter a pressa efetiva, Sr. Presidente, a fim de fazermos um debate para normatizar isso. Precisamos ter uma tabela nacional de preços para acabar com essa história de alguém mergulhando virar padrão. Depois, se a obra ficar mal feita, sem qualidade, quem pagará será a sociedade, e se tornará padrão chamar prefeito e governador de ladrão, quando, na verdade, não foi isso o que aconteceu.

Talvez a Caixa possa ser parceira para ajudar todos os órgãos a criarem uma tabela nacional. Sabem por quê? Eu tive a notícia de um prefeito que no edital, na



preparação do edital e da planilha, a Caixa manda, primeiro, a planilha de custos da obra. Glosou e tem glosado taxa de mobilização, certo?

Alguém aqui conhece obra que não tenha taxa de mobilização? Alguém, em sua consciência de que vai fazer uma obra, vai fazer com que a empresa se mobilize para uma cidade distante e não faça acampamento sem custo? Ou ela vai colocar indiretamente no custo dos produtos, ou vai colocar ali 2%, ou 1%, ou o que for.

Se a Caixa Econômica cobra 2,5% para intermediar a elaboração disso, por que ela não quer que coloque no edital taxa de mobilização? Sabemos que aí fica meio difícil e começa o embate: paga ou não paga? Paga ou não paga? Paga ou não paga?

Também vejo outro aspecto, Deputado Felipe Maia, que serve até para o relatório de V.Exa.: produto que não agrega nada depois da industrialização. Não é o caso das ambulâncias, em que aconteceu todo aquele desastre, mas comprou uma máquina que não se está colocando nada, temos que simplificar o sistema de acessibilidade da compra para ser direto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Alberto Mourão, pela participação.

Temos só três Deputados inscritos. Vou passar a palavra para os três e depois vamos encaminhar: ilustre Parlamentar do Estado do Piauí, Assis Carvalho; posteriormente, Deputado Augusto Coutinho; e, para concluirmos, Deputada Cida Borghetti, nossa representante do Estado do Paraná.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, primeiro, quero louvar essa iniciativa, porque se há um banco que tem tudo a ver com a gente, com as Prefeituras e com o Brasil é a Caixa Econômica Federal, com seus 150 anos de história, que tem um *know-how* como nenhum outro banco tem neste País.

Eu acho equivocada a comparação de papéis. A Caixa tem um papel, o BB tem outro papel, o BNB tem outro papel, e todos têm papéis importantes para o desenvolvimento do nosso País. Acho que não tem que ser a Caixa, nem o Banco do Brasil, nem o Banco do Nordeste, cada qual tem o seu papel.

Penso que é preciso compreender algumas coisas, e o Deputado Gilmar Machado colocou muito bem aqui na sua fala, que se há um grau de responsabilidade que tem de ser aqui assumido, primeiro, somos nós. Somos nós



que trabalhamos com a legislação, com as leis; somos nós que temos em nossas mãos a LDO. O grande problema é que a gente não assume o nosso papel e tende a passar para outros.

A Caixa Econômica, como tudo na burocracia do nosso País, tem seus problemas, que são muitos. Não vamos dizer que não tem problema. Agora vamos lembrar que a Caixa Econômica é subordinada a normas, a leis, algumas internas, outras do Ministério da Fazenda, do Ministério das Cidades. E ainda há o empoderamento exagerado do Ministério Público deste País, que acho que está exagerado demais; prefeitos que morrem de medo de trabalhar; aliás, hoje, bom no País, há um processo que bom é não trabalhar, porque quem trabalha corre risco.

Então, há o desestímulo de trabalhar do coitado do prefeito de uma cidadezinha do interior, porque ele está, 24 horas por dia, correndo o risco de terminar, porque produziu, saindo como ladrão do seu Município, sem levar nada. Eu conheço prefeito hoje que não tem uma casa para morar e está endividado para o resto da vida, como se fosse gatuno. É preciso fazer também um debate mais profundo sobre esses acontecimentos.

Nós temos problemas. Este País cresce de forma vertiginosa de 2003 para cá. As Prefeituras, é bem verdade, talvez não tenham se adaptado bem a isso. Temos, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida 1 e 2. E se pegarmos o 1, por exemplo, outro dia vi aqui a Ministra Miriam Belchior prestando uma conta: de 1 milhão e 200 mil casas construídas, 1 milhão e 6 mil foram construídas pela Caixa. Os outros bancos, juntos, construíram em torno de 100 mil casas. Tudo isso apesar dos problemas da Caixa.

Vamos resolver os problemas. Mas alguém que, de 1 milhão e 200 mil, constrói mais de 1 milhão sozinho, eu acho que tem de merecer um destaque de louvor. É muito fácil a gente tratar de um problema de um bom atendimento de um Bradesco, que vende apenas dinheiro. Agora, põe o Bradesco para colocar o que ele chama — o que nós discordamos — de lixo bancário, que são as ações sociais, as filas do desassalariados, o Bolsa Família. Será que ele teria realmente i, atendimento qualificado?



Então, é preciso também fazer um certo olhar com o que a gente está trabalhando neste País. Realmente, se há alguns problemas, precisamos administrar.

Outro dia estive na Caixa Econômica conversando com a direção, porque acho que a Caixa Econômica se vende mal. Acho que esse é outro problema. Ela não tem tido capacidade de *marketing* de mostrar o quanto tem ajudado este País crescer. E eu ouvi a seguinte frase: “A Caixa é a grande inimiga dos Prefeitos”.

Ora, colocamos há pouco que se há uma coisa que prefeito está sofrendo, coitado, é com o bichinho chamado CALC. Todos os dias os pobres estão entrando na inadimplência por mil problemas. E a Caixa não tem responsabilidade sobre isso, a culpa não é dela. Então, precisamos também dividir aqui os problemas que naturalmente surgem nessa situação.

Estou colocando isso porque compreendo que é preciso melhorar alguma coisa, nada é perfeito. A Caixa tem muitos problemas, para concluir, Sr. Presidente, e precisa melhorar alguma coisa. Mas nós, enquanto Parlamentares, precisamos pensar em como resolver uma situação junto ao nosso Governo para criar uma área de desburocratização. Acho que há uma burocracia exagerada.

Fico pensando, meu querido Paulo Pimenta, se nos dias de hoje ainda fôssemos construir uma capital como Brasília; se em 200 anos, com as normas que temos, a gente conseguiria construir. Hoje é uma loucura. Fui gestor do meu Estado, fui Secretário de Estado e sei o quanto um Secretário, um prefeito, um cidadão que queira trabalhar neste País sofre. É caro trabalhar neste País. É muito mais caro trabalhar do que ficar deitado. O bom gestor hoje é aquele que não trabalha, que não produz, porque ele não corre risco.

Esse é o papel que nós, enquanto Parlamentares, temos que assumir mais de frente. Temos que ter mais coragem; temos que elaborar leis que ajudem este País a se desenvolver; temos que desburocratizar um pouco mais, dialogando com o Governo. A Caixa tem problemas, não estou tirando os problemas que existem. Mas muitos problemas existentes na Caixa não são originários da própria Caixa, são originados de leis burocráticas que dificultam o trabalho, de leis que surgem em outros Ministérios, de leis que muitas vezes surgem aqui, com a nossa anuência.



Estou concluindo, Sr. Presidente. Há a preocupação de a Caixa avançar cada vez mais, de ter um papel relevante no País, de melhorar algumas coisas internas. Também gostaria neste momento de dividir as responsabilidades com o Parlamento, com outras áreas do Governo e os problemas que os pobres e humildes prefeitos sofrem demais País afora por causa da burocratização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, gostaria de parabenizar o companheiro, Deputado Felipe Maia, que trouxe à Comissão esta discussão.

Quero, muito mais do que fazer uma pergunta ou uma sugestão, fazer constatação. Vejo, diante do que os Parlamentares aqui falaram e passaram de suas experiências, que a questão está muito mal encaminhada. O problema não é unicamente da Caixa. Os problemas não são dos prefeitos. Na verdade, o problema é do encaminhamento. O que se tem de fazer é diminuir, encurtar a distância entre o dinheiro que sai de Brasília e chega à ponta, na Prefeitura.

Não faz o menor sentido colocar a Caixa Econômica no meio disso, porque a Caixa faz — e muito bem — e desempenha um papel social importante na construção de habitações de que o País muito precisa. É preciso colocar a Caixa Econômica no gerenciamento dessa burocracia.

Se sai uma emenda parlamentar e o Parlamentar a destina para a Prefeitura, o prefeito tem de aplicar bem. Se ele não o fizer, cabe ao Tribunal de Contas cobrar do prefeito e prendê-lo, se for o caso, se ele for ladrão. Mas se não for, ele tem de prestar conta daquele dinheiro. Então, muitas vezes é o jeito brasileiro. Se aumenta essa distância toda, aí, sim, se aumenta a corrupção. Quanto mais distante estiver o dinheiro de Brasília, até chegar a um Município pequeno e pobre do interior, mais há toda esse rede de interesses envolvida. É isso o que gera corrupção.

Na verdade, o dinheiro deveria ser destinado para as Prefeituras. Foi dito há pouco por um companheiro que hoje um grave problema com todos os prefeitos são os CALCs. Às vezes, há recursos para uma Prefeitura, mas, por exemplo, no Estado de Pernambuco, um Estado pobre, numa região pobre do País, mais de 80% das Prefeituras estão envolvidas e sem um CALC disponível para receber recursos.



Sr. Presidente, a Caixa tem culpa pela burocracia? Tem. Mas, na verdade, o problema é que a forma está feita diferente. A forma é feita equivocadamente. E assim não vai funcionar. Então, acho que cabe a esta Comissão dizer ao Tribunal de Contas que tem de ser assim e o Tribunal fiscaliza. Ele é bem pago para isso e tem de fazer isso. O prefeito que não aplicar direito deve ser penalizado. E terá de responder a quem deve responder: ao povo que o elegeu e não o elegerá mais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Augusto Coutinho.

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI - Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, cumprimento V.Exa., que muito bem vem conduzindo os trabalhos desta importante Comissão. Parabenizo o Deputado Felipe Maia, autor do requerimento de realização desta audiência pública. Cumprimento o Prefeito Mariosane Weis, os demais prefeitos e prefeitas e os Superintendentes da Caixa Econômica, Ana Cristina e José Carlos.

A minha cidade é Maringá. Quero cumprimentar a Caixa Econômica regional que muito bem vem atendendo às Prefeituras, com seus contratos já firmados.

Quero apenas fazer uma solicitação. Talvez, o aumento do número no quadro de funcionários, de técnicos, serviria para evitar a demora nas análises dos processos e da medição das obras. Acho que é um caminho burocrático, técnico, sugerir que a Secretaria de Relações Institucionais do Palácio — SRI encaminhe à Caixa os restos a pagar integrais dos contratos de obras iniciadas, para que as obras não parem e os prefeitos não fiquem em situação humilhante, sendo cobrados, principalmente, das empresas que normalmente são pequenas e correm o risco de quebrar porque dependem dos recursos para o bom andamento das obras.

Falei há pouco com um prefeito do Rio Grande do Sul, Estado de onde saiu minha família, meus pais e meus irmãos, eu já nasci no meio do caminho, em Santa Catarina, e cheguei ao Paraná muito cedo, mas temos desse Estado referência muito positiva. E o prefeito aqui me disse o seguinte: *“Deputada, como é que faz quando a obra foi licitada, entregue, inaugurada e o dinheiro ainda não chegou, o*



repassse não veio do Ministério?”. Penso que aí existe um problema técnico, fácil de ser resolvido.

O ideal seria que as emendas parlamentares tivessem o mesmo tratamento dos contratos do PAC, pois é uma prioridade do Governo da Presidente Dilma, e não faltam recursos para o pagamento das emendas dos contratos do PAC. Então, seriam algumas sugestões práticas e rápidas para o bom andamento.

No mais, desejo sucesso à Caixa Econômica, que goza do respeito da população brasileira. E os senhores têm um papel fundamental na tramitação e, sendo meio entre o Governo Federal, os Parlamentares e os Municípios.

Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputada.

Senhoras e senhores, vou devolver a palavra ao Sr. José Carlos Medaglia, para que conclua sua participação. Antes, quero chamar a atenção para uma coisa que acho muito importante.

Não sei se todas as senhoras e os senhores sabem, a Comissão de Orçamento tem a dinâmica de que nenhum Parlamentar pode ser membro dela por 2 anos seguidos. Portanto, nenhum de nós, atuais integrantes da Comissão, participamos da elaboração da LDO que há hoje, mas podemos melhorá-la para o ano que vem.

Muitas das questões aqui levantadas são resolvidas na LDO. Por exemplo, aqui foi falado sobre o valor mínimo do convênio para obra de 250 mil. Isso está na LDO. Mas também não é impeditivo, por exemplo, que se tenha mais de uma obra no convênio. Então, não é preciso fazer uma quadra de 150 por 250, podem-se fazer duas obras no mesmo convênio. Quem dispôs a respeito disso foi a LDO, assim como o valor da emenda de 100 mil para equipamentos e uma série de outros dispositivos aqui identificados.

Então, Deputado Assis, Deputada Cida, Deputado Waldenor, teremos um trabalho muito importante, no próximo período, em cima da LDO, para encontrarmos mecanismos que simplifiquem essa tramitação. Esta audiência também está servindo para termos essa compreensão.



Antes de devolver a palavra ao Medaglia, na pessoa do Prefeito Fernando Marinho, de Ivorá, e do Prefeito João Vestena, de Júlio de Castilhos, quero cumprimentar todos os prefeitos do interior do Rio Grande do Sul aqui presentes e, na pessoa da Vereadora Caroline Telles, da Câmara de Vereadores de Taquara, dos Vereadores Clóvis José da Silva e Mário Pio, de São Jerônimo, cumprimento todos os vereadores e vereadores que também estão aqui prestigiando esta nossa audiência. Além de cumprimentar, evidentemente, mais uma vez, a pessoa do Prefeito Mariovane, que representou todos os prefeitos do Brasil nesta audiência, e o Deputado Felipe Maia pela iniciativa.

Creio que todos nós ficamos extremamente satisfeitos com o resultado, o andamento e os desdobramentos que teremos daqui para a frente nas questões que envolvem esse tema.

Levantei há pouco para o Medaglia, e vou propor uma reflexão nossa sobre isso agora, imediatamente na Comissão, que, talvez, com relação à Lei de Acesso a Informações que entra em vigor hoje, possamos avançar em algumas questões. Por exemplo, seria muito interessante se pudéssemos ter disponibilizado para o prefeito, para os vereadores e para nós o dia que determinado recurso está pronto para ser pago no Ministério. Essa informação seria fundamental para sabermos se o problema está na Caixa, no Ministério, ou se falta o financeiro.

Então, por exemplo, se tivéssemos a informação, na página do Ministério ou em algum lugar, da “tramitação conclusa”, saberíamos que ali está faltando só o financeiro. Talvez, inclusive, incluiríamos na LDO um dispositivo sobre a transparência da tramitação que nos permitiria mecanismo melhor de acompanhamento de todos os passos da tramitação do processo no Governo, para sabermos a qualquer momento onde ele está. Quem sabe, isso simplificasse um pouco a nossa dificuldade de saber exatamente onde está o problema e por que efetivamente não foi pago.

São coisas que podemos levar para o debate da LDO, e acho que qualificaria e facilitaria, inclusive, a vida dos atuais e também dos futuros prefeitos e prefeitas.

Agradeço, mais uma vez, ao Medaglia e à Ana Cristina. Gostaria que o Medaglia respondesse às questões e fizesse suas considerações finais na nossa



audiência. Agradecendo mais uma vez à Caixa a disponibilidade, a boa vontade e o diálogo permanente que tem tido conosco.

A palavra está à disposição de V.Sa..

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de tentar responder pontualmente o que ainda me resta colocar, agradeço à paciência dos senhores, que, até esse horário, permanecem aqui interessados neste assunto. Não posso deixar de lamentar aqueles Srs. Parlamentares que fizeram questionamentos e, infelizmente, tiveram de se ausentar, porque acho que perdem a oportunidade de sair daqui com esclarecimentos importantes daquilo que foi colocado.

O Deputado Felipe Maia fala em contradizer o Governo e confirmar a existência de um contingenciamento. Preciso fazer um reparo, se me permite.

De parte da Caixa, instituição que represento, não posso usar o termo contingenciamento e confirmar que não há fluxo financeiro vindo do Tesouro e dos Ministérios para as emendas. O que posso afirmar é que, embora exista esse fluxo, em nenhum mês deixamos de ter repasses que irrigam essas contas. O que temos percebido, talvez, seja o descasamento entre esse fluxo e a necessidade do avanço das obras.

Preciso fazer esse reparo porque percebo, da parte da SRI, esforço muito grande de fazer chegarem às instâncias do Governo os pleitos dos prefeitos. Temos tido muita parceria ao prestarmos informações e termos a compreensão da SRI. Parece-me que o volume de recursos hoje alcançado pela União para os Municípios é de tal monta que, talvez, o Governo não tenha conseguido responder na mesma dinâmica. Mas nós temos, sim, fluxo permanente de recurso, e eu não poderia utilizar a palavra contingenciamento.

Segundo ponto que acho merece esclarecimento é com relação a haver um monopólio da parte da Caixa nos repasses da União. Conforme disse no início da minha exposição, qualquer banco público, qualquer instituição financeira pública, está autorizada a operar tanto na modalidade de convênio quanto na modalidade de repasse. Quando a Caixa atua como convênio, ela o faz exatamente igual ao Banco do Brasil ou a qualquer outra instituição. Portanto, é um fluxo sumário, recurso



diretamente para o Município. Funcionamos apenas como um agente financeiro que abre a conta.

No caso do contrato de repasse, todas as instituições também estão autorizadas a operar. Até o momento, apenas a Caixa foi a que melhor se preparou para estar presente nos 5.500 Municípios, com 78 regionais, com capacidade de, em 48 horas, fazer uma vistoria de obra com os nossos quase 5 mil empregados dedicados a esse processo mais 3 mil credenciados.

Então, não há por que se falar em monopólio. Há que se falar em escolha de cada Ministério ao optar por esta ou por aquela instituição e em que instituições se preparam para fazer convênio ou contrato de repasse. Acho que esse é o debate bem fundamentado.

O Deputado Gilmar Machado me deixou bastante satisfeito com a lucidez com que expõe a questão, colocando muito bem que nós temos avançado muito, que a portaria representa um ganho extraordinário e de que precisamos agora colher os resultados dessa portaria. A Caixa se propõe a continuar sendo parceira de primeira hora.

Há cerca de um ano e meio, quando começamos as discussões que resultaram na portaria, não nos parecia factível, mas nós conseguimos angariar simpatias para essa causa, que vieram das entidades municipalistas, que vieram de segmentos do Congresso e de dentro do Governo. Obtivemos um avanço significativo.

Continuamos preparados para continuar esse debate, que acho fundamental.

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, quero dizer que temos uma preocupação especial com a Região Norte, sim. Tanto que, das 14 unidades abertas, duas delas são exatamente no Estado do Pará. Acho que foi uma certa influência da Ana Cristina para que contemplássemos isso. São regiões remotas em que tínhamos muita dificuldade de chegar. E os Municípios, de fato, são carentes.

Quero fazer a defesa do critério que usamos para colocar os nossos representantes. Nós refletimos muito sobre isso. Chegamos à conclusão de que, se nós disponibilizarmos empregados para todos os Municípios, até supostamente os mais carentes, não teremos uma condição operacional para fazer isso. São mais de 5 mil Municípios.



A opção que nós fizemos tem uma lógica, e no futuro eu espero que ela se justifique. Qual é? São 283 Municípios com mais de 100 mil habitantes. Nesses nós temos uma condição operacional imediata de alocar um empregado. Esses são os Municípios que têm um maior número de contratos.

Portanto, pretendemos que esses Municípios sejam aqueles exemplares onde nós deixamos de ter problema, onde a documentação chegue numa situação tecnicamente melhor e que nos permitam desincumbir da nossa tarefa com mais facilidade. Isso vai permitir que nós utilizemos as equipes das nossas regionais justamente para atender os Municípios menores.

Nós estamos tentando tirar da nossa agenda, digamos assim, os Municípios com mais de 100 mil habitantes, porque esses chegarão numa condição tão favorável que os processos terão uma tramitação fácil, ágil. Com isso, nós dedicamos as nossas equipes para fazer, de maneira itinerante, as visitas aos pequenos Municípios. Essa é a lógica. Eu espero que consigamos ter um bom resultado com isso.

Deputado Joaquim Beltrão, quero referir-me à sua preocupação com relação aos Restos a Pagar — RAP. Temos, felizmente, um índice muito alto de salvamento dos RAP.

Eu descrevi aqui um quadro preocupante de 6 mil operações de 2 bilhões e 500 milhões de reais, mas tivemos esse mesmo momento em 2009, em 2010, e não o tivemos em 2011, porque ficou para 2012. Nós conseguimos salvar, nas duas ocasiões, mais de 90% das emendas. Fizemos um mutirão, que estamos propondo fazer agora, de recepção de documentos, de análise em tempo recorde, e conseguimos, nesses dois últimos anos, salvar, inclusive, aquilo que chega no último dia, porque negociamos com o Ministério do Planejamento o prazo de uma semana para anotarmos no SICONV o que foi salvo e o que não foi, que é o prazo com o qual nós trabalhamos.

Então, vamos fazer isso de novo. Fazemos isso com muita energia e determinação. Precisamos da parceria dos Municípios. Aquilo que chegar em prazo viável, aquilo que chegar com documentação incompleta nós buscamos em conjunto. E nós vamos de novo salvar, tenho certeza, mais de 90% dos RAP, mas precisamos trabalhar juntos.



Esse é o nosso histórico. Acho que o nosso histórico nos autoriza a termos esse desafio pela frente.

O Deputado Joaquim Beltrão também coloca a necessidade de nós treinarmos o pessoal da Prefeitura. Eu quero só reiterar o que disse no início. Nós já treinamos mais de 100 mil gerentes de contratos de prefeituras — aquela pessoa que o prefeito escolheu como seu gestor dos contratos de repasses. Nos últimos 2 anos nós treinamos 6 mil desses gerentes, e para este ano a nossa agenda é treinar mais 1.000, 1.500 para ajudarem a nos ajudar.

Temos cursos da Universidade Caixa abertos para os empregados de prefeituras e temos um curso bastante aprofundado sobre o SICONV, que é uma necessidade dos Municípios. Tudo isso está disponível na nossa universidade com cursos a distância. Nós podemos, para qualquer Município que queira, fazer um convênio e liberar o acesso para seus empregados. É a contribuição que podemos e devemos dar.

O Deputado Alberto Mourão levanta a questão da tabela de preços do SINAPI. Eu queria fazer um esclarecimento, porque é importante a gente se aprofundar em determinados temas que são técnicos. O SINAPI é uma tabela de referência de preços originalmente de uso interno da Caixa que, a partir da LDO de 2003, passou a ser aplicável para todos os contratos públicos.

O SINAPI é regionalizado. O SINAPI é calculado mensalmente para as 27 capitais do País, com preços de insumos apurados pelo IBGE nas 27 capitais todos os meses. Então, não é pouco frequente que as equipes técnicas dos Municípios tenham dificuldade de entender as tabelas e, por desconhecimento — isso está publicado no *site* da Caixa —, não naveguem em todas as tabelas estaduais. Frequentemente eu tenho reclamações de prefeitos de que a tabela que está lá é de um Estado que começa com a letra A. É o primeiro que está publicado, mas se ele procurar nas tabelas seguintes constam as 27 capitais.

Então, o SINAPI pode eventualmente ter alguma dificuldade, mas ele já é regionalizado. São mais de 5 mil insumos e composições que são visitados pelo IBGE mensalmente. O SINAPI pode ter alguma deficiência? Seguramente tem, mas ele é a melhor referência de preço de que dispomos e ele tem uma consistência elogiada frequentemente pelo próprio TCU. Então, estamos abertos a aprimorar,



mas acho que precisamos ajudar as equipes das prefeituras a dominarem melhor esse procedimento.

Com relação à taxa de mobilização, a vedação que nós temos é com relação a esse item fechado, até por recomendação do Tribunal de Contas. Que existem custos de mobilização nós reconhecemos. Contanto que isso venha devidamente especificado no Orçamento, nós poderemos acatar. Então, ao invés de taxa de mobilização, contanto que se descreva que custos são esses — transporte, alojamento, preparação do canteiro, horas de máquina para preparação do terreno —, eu não vejo dificuldade. Se persistir alguma dificuldade, eu gostaria de saber, porque aí eu preciso instruir melhor a minha regional. Há solução para isso.

O Deputado Assis Carvalho comentou uma coisa que eu acho fundamental e que o nosso Presidente tem dito muito. Nós fomos muito criticados no processo de repasse da União. Nós não somos criticados quando fazemos convênios, e não contratos de repasse, e nós não somos criticados no Minha Casa, Minha vida. Por que será? Por que o convênio roda bem e o contrato de repasse é todo segmentado? Por regras legais, normativas, normalmente externas à Caixa.

Um dos orgulhos que nós temos mais recentemente é o programa Minha Casa, Minha Vida. O que diferencia o Programa Minha Casa, Minha Vida de outros programas? A Presidência da República concedeu à Caixa um *status* extraordinário nesse programa, principalmente no Minha Casa, Minha Vida 1. Nós tivemos oportunidade de fazer um programa em prazo recorde com regras que tivemos grande autonomia para estabelecer. Nós contratamos, no espaço de tempo de um ano e poucos meses, mais de um milhão de casas, das quais mais da metade já estão entregues; e nós já estamos contratando perto de 500 mil do Minha Casa, Minha Vida 2.

A nosso julgamento, porque nós tivemos autonomia de fazer as regras, porque nós conseguimos colocar na rua, enquanto o burocrata estava cochilando, é um programa que roda. E é isso que nós preconizamos em todos os fóruns a que vamos. Se nós tivermos regras boas, bem discutidas, e aproveitarmos o cochilo do burocrata de plantão, este País roda, sim. Nós temos capacidade para fazê-lo rodar. E é isso o que vamos defender em todas as discussões desse tipo.



Por fim, queria fazer um comentário com relação à participação da Deputada Cida Borghetti de que, de fato, nós temos um investimento já feito — e em curso — para aumentarmos a nossa capacidade operacional. No Estado do Paraná, nós abrimos mais uma regional nossa, que é em Ponta Grossa, desonerando um pouco Curitiba, que centralizava muito as operações. Nós temos mais outras unidades em Londrina, Cascavel e Maringá. Completamos a ampliação agora, com Ponta Grossa, e estamos aumentando nosso quantitativo de pessoas. Fizemos um novo edital de credenciamento de empresas terceirizadas de engenharia.

Temos o propósito de fazer uma avaliação todos os anos, o que o nosso Presidente já autorizou. Na medida em que verificarmos necessidade de aporte de gente ou de empresas credenciadas, novos editais. Fizemos um edital para engenheiros e arquitetos, agora, no mês de abril, e vamos contratar cerca de 400 novos engenheiros para completar o nosso quadro até o meio deste ano.

Então, esses são os investimentos que estamos fazendo, tentando ser atentos a todos esses movimentos que o País está tendo.

Acho fundamental que relembremos que o volume de recursos que nós tínhamos, há cerca de 7 ou 8 anos, era ínfimo. Então, isso justificava que os Municípios, os Estados, as companhias de saneamento e a própria Caixa estivessem desmobilizados. O movimento a que nós assistimos desde o início do PAC para cá é de remobilização, de qualificação de equipes técnicas.

E penso que a Caixa vem respondendo a essas demandas. É preciso que continuemos esse jogo, e é preciso que os demais parceiros também venham para ele. Espero, sinceramente, que tenhamos continuidade de investimentos, porque é isso o que vai garantir que nós tenhamos equipes sólidas. Eu entendo perfeitamente o dilema de um prefeito que não consegue lotar um médico no seu posto de saúde, a dificuldade que ele vai ter em colocar um engenheiro, a opção dele por botar professores, botar cinco professores em vez de colocar um engenheiro na sua área técnica. Eu entendo isso perfeitamente, mas essa é uma condição que nós precisamos avançar. Não é possível tratarmos disso com o volume de recursos que estamos tratando hoje, sem boas equipes técnicas.

A Caixa vem tentando prestar assistência técnica, mas temos alguns limites, há certas coisas que não há como o Município não fazer. É importante que ele tenha



gente no quadro? Acho que sim. Na medida em que isso não seja possível, que ele tenha boas empresas contratadas que possam fazer os seus projetos.

É isso o que temos preconizado, e acho que a Caixa vem dando sua contribuição e pretende responder, na medida em que o Governo continue confiando nela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

A SRA. ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER - Eu só queria fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Por gentileza.

A SRA. ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER - Obrigada.

Eu só queria fazer dois rápidos registros. O primeiro é com relação a nós operarmos convênios. A minha área é de repasses também. Nós operamos, no ano passado, 3,8 bilhões de reais em convênios, o que não dá ruído nenhum. Então, sempre pedimos que o prefeito, na hora de fazer a escolha, quando ele quer determinada operação, que ele realmente opte pelo contrato de repasse ou pelo convênio. Se ele puder optar pelo convênio, o convênio não tem as regras do contrato de repasse, como bem foi dito aqui pelo Medaglia. Então, acho que esse é um registro importante. E o convênio não dá ruído nem no Banco do Brasil, nem na Caixa, em lugar nenhum.

O segundo registro é com relação à nossa participação da Caixa no GT Interfederativo, que é uma continuidade da Portaria Interministerial nº 507, de 2011. Nós estamos lá com a incumbência de levar uma sequência e um acompanhamento de se realmente os efeitos da portaria estão acontecendo na desburocratização. Um dos componentes é a FAMUS. Lá nós estamos abertos a que os senhores nos encaminhem as suas ideias, o que pode ser levado a esse GT, que isso possa contribuir nesse nosso trabalho. Há representantes de todas as frentes de Municípios. Então, acho que é importante este registro porque esse trabalho continua. O que for encaminhados pelos senhores lá certamente será levado para discussão do GT.

No primeiro dia da reunião, foi levada a necessidade de alteração da LDO. Foi o primeiro ponto a ser levado lá. Felizmente, isso foi considerado aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Ana, eu gostaria, inclusive, se houvesse essa disponibilidade, só que isso tem que ocorrer rapidamente, que nos encaminhassem sugestões sobre a LDO e o que entendem que possa ser melhorado na LDO para facilitar essa tramitação e agilizar esse processo da relação com os Municípios.

A SRA. ANA CRISTINA DA CUNHA WANZELER - Perfeito. Eu acho que é essa parceria que nós precisamos continuar construindo.

Por fim, quero dizer também que em nós da Caixa — e, certamente, em muitos dos senhores também — dói muito o discurso de desqualificação da instituição, assim como dói quando escutam o discurso de desqualificação desta Casa. Os senhores sabem o quanto de trabalho dá para desconstruirmos isso. Então, esse é o nosso papel também, essa imagem negativa ser desconstruída diariamente.

Eu prometo não levar daqui a impressão de que os que mais falaram negativamente, infelizmente, não ficaram para ouvir a nossa réplica porque não puderam ou porque preferiram sair já com essa impressão consolidada, o que me deixaria muito triste. Mas eu vou levar a melhor impressão do dia de hoje. Tenho certeza de que, se ficasse meia dúzia aqui, eu sairia com essa mesma impressão, porque os senhores têm condição de nos ajudar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

O Mariovane quer fazer um registro. Depois, vamos caminhar para a conclusão.

O SR. MARIOVANE WEIS - Gostaria de agradecer a oportunidade, Deputado Paulo Pimenta. Este debate é muito importante para todos os Municípios brasileiros.

Gostaria ainda de afirmar que nós vimos boa vontade dos representantes da Caixa de encaminhar uma solução para os problemas de médio e curto prazos, mas a grande maioria dos Prefeitos que estão aqui reiteram a necessidade de resolver os problemas no curto prazo, um prazo anterior à eleição.

Para os Prefeitos é fundamental que os recursos prometidos conveniados e contratados cheguem ao caixa da Prefeitura ou ao caixa da empresa a que o Município está devendo. Nós precisamos que essa parceria da Caixa cobre o



Governo, cobre o Ministério, cobre a Casa Civil. O Presidente da Caixa tem que ser o nosso representante nesse aspecto também. Afinal de contas, nós não entendemos muito de finanças. Afinal, a Caixa tem a chave do cofre. Por que não usa seu cofre, se for o caso, e socorre os Municípios?

É isso, nós temos que agilizar essas questões. Se o Governo Federal não tem o recurso, agora a Caixa tem. Então, empreste ao Governo e resolva o problema dos Municípios. É claro, nós temos que ser práticos; nessa questão, estamos correndo contra o tempo.

O Prefeito de Xangri-Lá, que saiu daqui há pouco, disse-me que tem várias obras inauguradas — Xangri-Lá, a senhora pode anotar — e concluídas, a empresa está quebrando, e o repasse não é feito para a conta da empresa. São obras de mais de 1 milhão de reais, e receberam 30 mil reais. Então, é isto: mesmo se a Caixa não tem culpa no cartório, infelizmente, desculpem-me, acaba a Caixa sendo responsabilizada, sim.

Há problemas pontuais que a Caixa tem que resolver no Rio Grande do Sul. Existe uma superintendência que atende 187 Municípios — se eu não me engano, é a superintendência de Passo Fundo. Esse é um problema que a Caixa tem que resolver em médio prazo. É impossível atender bem 187 Municípios com a demanda crescente de recursos federais sendo investidos nos Municípios. Então, essa é uma questão premente e urgente no nosso Estado. É claro que a regional de Passo Fundo vai atender com maior deficiência que aquela outra regional que tem 30 ou 40 Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Prefeito Mariovane.

Deputado Felipe Maia, parabéns pela iniciativa.

Agradeço ao Sr. José Carlos Medaglia Filho, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal. Qual é a sua cidade?

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Porto Alegre. Sou veranista de Xangri-Lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Inclusive, vai falar com o Prefeito no final.

Agradeço também à Sra. Ana Cristina da Cunha Wanzeler, de Muaná, na Ilha do Marajó, no Pará, Superintendente Nacional de Repasses, bem como agradeço a presença de todos os senhores e senhoras, nas pessoas das Deputadas Professora Dorinha e Cida Borghetti, que deram exemplo a todos os demais Parlamentares e permaneceram conosco até o final.

Muito obrigado pela presença de todos.

A reunião está encerrada.